



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

IB/IG/IQ/ FACE-ECO/CDS

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

RAMÓN DA SILVA RODRIGUES ALMEIDA

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO MOVIMENTO
AGROECOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

2016

RAMÓN DA SILVA RODRIGUES ALMEIDA

Monografia de Graduação

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO MOVIMENTO
AGROECOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Ambientais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Ambientais.
Orientadora: Doris Aleida Villamizar Sayago

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

2016

RAMÓN DA SILVA RODRIGUES ALMEIDA

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO MOVIMENTO
AGROECOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Ambientais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Ambientais.

Aprovado em: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Elisabetta Recine - UnB

Doris Aleida Villamizar Sayago - UnB (orientadora)

Dedico a todas as mulheres da minha vida, especialmente e com carinho para minha mãe Franci e as minhas avós Irismar e Maria, que são os maiores exemplos de mulheres que tive e tenho.

*“Que a importância de uma coisa
não se mede com fita métrica
nem com balanças nem barômetros etc.
Que a importância de uma coisa
há que ser medida pelo encantamento
que a coisa produza em nós”*

(Manoel de Barros)

AGRADECIMENTOS

Este é o momento que mais esperei durante todo o processo de construção e escrita do meu trabalho, por que uma coisa que aprendi e levarei para toda minha vida é que: “Quando dizemos gratidão, todo o resto estará feito”.

Por isso, inicialmente agradeço ao Universo, Deus, ou como cada um chama essa força e energia soberana que governa nossas vidas. Gratidão ao Universo pela minha existência e inspiração na escrita deste trabalho.

Agradeço à minha mãe Franci e meu pai Marcos, por serem meus melhores amigos e estarem sempre ao meu lado em qualquer momento. Agradeço também ao meu irmão amigo Renan, pelas trocas de conhecimento, por todos os toques e críticas durante meu processo de escrita.

Agradeço às mulheres agricultoras agroecológicas da APROSPERA pela atenção, dedicação e todo carinho na contribuição para este trabalho. Sem vocês nada disso poderia ser realizado. Toda minha gratidão a vocês. Vocês me inspiram na luta por mundo melhor. Abraços agroecológicos!

Agradeço ao gestor da EMATER/DF Roberto Carneiro por dedicar um pouco do seu tempo comigo e gentilmente contribuir para meu trabalho. Foi de grande valia e um enorme aprendizado ouvir seus relatos sobre a agroecologia da nossa cidade.

Agradeço a profa. Doris Sayago por me acompanhar nessa empreitada e me acolher de braços abertos como orientando. Sempre com sábias e confortantes palavras naqueles momentos em que eu aparecia desesperado em sua sala ou pelo telefone. Seus ensinamentos na sala de aula e principalmente na escrita deste trabalho me amadureceram para o início da minha jornada acadêmica. Eternamente grato por tudo!

Agradeço também a profa. Elisabetta Recine, na qual não tive o prazer de tê-la como professora em sala de aula, mas trabalhar com ela durante um ano no OPSAN foi de extrema importância na minha vida acadêmica e pessoal.

Agradeço a equipe do Ideias na Mesa, pelo acolhimento, carinho e trocas de saberes diários, durante meu período de estágio na rede. Ganhei mais outra família. Gratidão à Maína, Débora, Rafa, Nathalia, Con, Patrícia e Érika.

Agradeço também a equipe da RedeNutri: Marília, Giovana e Alexandre, que dividiam a sala conosco e que também tiveram todo o carinho e acolhimento comigo. Agradeço também a Linda, por compartilhar conosco suas histórias e sempre alegrar nossos dias. Um beijão para a mais bonitinha!

Agradeço a Coletiva Corpolítica, no qual fui acolhida graciosamente e que me proporcionou um novo olhar sobre o mundo e a tão necessária militância LGBT. Que continuemos sempre firmes e fortes na luta contra a homo lesbo bi transfobia, a heteronormatividade e o patriarcado!

Acho que ela nunca vai saber desses meus agradecimentos, mas mesmo assim, acho válido expressar minha gratidão a minha guru virtual Flávia Melissa. As suas palavras de motivação sobre a vida, espiritualidade e consciência fazem meu coração sorrir e vibrar muito mais amor todos os dias, principalmente naquelas horas em que bate aquela vontade de largar e desistir de tudo. Mas como ela mesma diz, existirá sempre muito amor aqui para todas/os nós! Namastê!

Obviamente eu agradeço a todas (os) amigas (os) que estão sempre comigo e me deram força total para eu continuar essa empreitada e a escrever. Entenderam alguns bolos, furadas, mas sempre me acompanhavam naquela cerveja sagrada no meio da semana. “Tamo” sempre juntas/os nesse bonde! Gratidão migas!

Mas seria injusto da minha parte não citar nomes de algumas dessas amizades. Dessa forma agradeço a minha amiga, sábia, melhor conselheira e irmã para além dessa vida Jé Bosi; à minha alma gêmea e amiga Indira, por sempre me ouvir e dividir o aprendizado dessa vida comigo. E por fim a minha amiga Naila que teve comigo todo o carinho do mundo quando mais precisei e sei que estará sempre de braços abertos quando novamente eu precisar.

Agradeço também a todo o curso de Ciências Ambientais, especialmente à minha turma do 2º/2010, por ser quem eu sou hoje, como pessoa, estudante, e futuramente cientista ambiental.

Não posso esquecer-me de agradecer a Elaine, da secretaria de Ciências Ambientais, por toda sua paciência conosco do curso, sempre resolvendo os maiores “pepinos” que apareciam em nossas vidas acadêmicas.

Por fim, agradeço novamente ao Universo pelo dom da minha vida. E agradeço a mim mesmo, por sempre acreditar e confiar que tudo daria certo. Mesmo em meio aos imprevistos que a vida nos coloca, eu confiei, e não é que deu tudo certo?! Como dizem por aí: “Nós não sabemos o que falamos, mas Deus sempre sabe o que faz”.

RESUMO

Este trabalho discorre sobre o protagonismo das mulheres rurais na agroecologia do Distrito Federal em contraponto à situação em que a entidade federativa desponta no cenário nacional como uma das grandes produtoras de *commodities* do Brasil. Contudo a perspectiva de gênero sobre conhecimentos e práticas associados à agroecologia são pouco conhecidos no DF e são essenciais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. A agroecologia apresenta-se como um campo de conhecimento que articula e integra os saberes populares e científicos, e a partir de seus princípios e experiências, aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas entre homens e mulheres. O machismo e a divisão sexual do trabalho são barreiras à autonomia e reconhecimento do trabalho feminino no campo. O trabalho reflete sobre as conexões entre a agroecologia no rompimento dessas barreiras e o protagonismo das mulheres rurais do Distrito Federal sob a perspectiva das políticas públicas de incentivo à sustentabilidade, agricultura familiar, agroecologia e empoderamento feminino, e analisar se ocorreram mudanças com a agroecologia após a implementação dessas políticas no cenário da agricultura familiar da região. Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas com agricultoras agroecológicas locais durante os mutirões de manejo em suas propriedades localizadas na região administrativa de Planaltina – DF, no Núcleo Rural do Pípiripau, obtendo relatos de como a agroecologia vem gerando mudanças na vida dessas mulheres rurais - atores de resistência - em meio aos latifúndios e monocultura que predominam na região.

Palavras-chave: Agroecologia. Desenvolvimento Rural Sustentável. Protagonismo feminino. Brasília – DF.

Lista de siglas e abreviaturas

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal.

ANA – Agência Nacional de Águas

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APROSPERA – Associação dos Produtores Agroecológicos Alto São Bartolomeu

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DF – Distrito Federal

DPMR – Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GDF – Governo do Distrito Federal

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPA – Programa de Aquisição da Produção da Agricultura

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNPM – Plano Nacional de Política para as Mulheres

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POPMR – Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

Lista ilustrações

Figura 1 - Mapa do Núcleo Rural do Pipiripau.....	33
Figura 2 - Agricultoras e agricultores da APROSPERA no mutirão agroecológico na Chácara Divina Luz.	35
Figura 3 - Mutirão agroecológico na horta da Chácara Divina Luz.....	35
Figura 4 - 1ª Linha do tempo: Políticas para a agricultura familiar, agroecologia e mulheres.....	39
Figura 5 - Crédito para mulheres.....	40
Figura 6 - Rota das políticas públicas para a promoção de autonomia das mulheres rurais.	42
Figura 7 - Percentual de contratos com mulheres no PAA em relação ao total de contratos.....	43
Figura 8 - Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais.	44
Figura 9 - 2ª Linha do tempo: Políticas para a agricultura familiar, agroecologia e mulheres. Fonte: elaboração própria.	46
Figura 10 - ATER Mulheres.....	48
Figura 11 - 3ª Linha do tempo: Políticas para agricultura familiar, agroecologia e mulheres.....	50
Figura 12 - Linha do Tempo: “Inventando nossa história agroecológica” – Protagonismo das mulheres na agroecologia do DF.....	56

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Políticas Públicas e a superação das desigualdades de gênero	5
1.1 Um breve histórico das lutas feministas e de mulheres na busca por visibilidade	5
1.2 A luta das mulheres rurais	11
1.3 A Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas: “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”	13
1.4 O papel das mulheres na luta ambiental	16
Capítulo 2 – Agroecologia e o protagonismo das mulheres	17
2.1 O modelo agrícola hegemônico e a Revolução Verde	17
2.2 Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável	19
2.2.1 A construção de um novo paradigma	22
2.2.2 A agroecologia como um novo paradigma	22
2.3 Ecofeminismo	27
Capítulo 3 – “Construindo a nossa história agroecológica”	30
3.1 Para início de conversa	30
3.2 Caminhos da pesquisa: justificativa, materiais e métodos	30
3.3 Para além dos mutirões agroecológicos das mulheres do Pípiripau	32
3.4 As políticas públicas de incentivo à agroecologia/agricultura familiar e ao protagonismo feminino no movimento agroecológico	36
3.4.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, Agroecologia e Mulheres no Brasil.	37
3.4.2 Distrito Federal e as políticas de incentivo à agricultura familiar, agroecologia e ao protagonismo feminino	49
3.5 “Inventando nossa história agroecológica” – Protagonismo das mulheres na agroecologia no Distrito Federal	55
Considerações Finais	62
Referências Bibliográficas	66

Prefácio

Antes de iniciar esse trabalho, creio que é importante e ético eu tornar público o cuidado e zelo que tive em trabalhar com a temática de gênero, mas precisamente com mulheres rurais, visto a minha condição social de ser lido como um homem branco cisgênero que goza de inúmeros privilégios em nossa sociedade.

Confesso que foi desafiante, por que nossos privilégios estão o tempo todo em nossa face e os exercemos, por vezes, sem a mínima consciência.

Mas deixo esse trabalho como minha contribuição à epistemologia feminista e aos estudos de gênero e de mulheres, para que possa ser mais um aditivo ao crescimento desse campo de conhecimento que descentraliza a figura central do homem na ciência.

Introdução

A agroecologia não se caracteriza apenas pela adoção de práticas específicas, como a não utilização de venenos ou sementes transgênicas, ela traz em alguns de seus princípios, a ideia de que os seres humanos fazem parte da natureza e que a sobrevivência de ambos está relacionada e, principalmente, de que o desenvolvimento precisa respeitar a sociobiodiversidade incluindo a natureza, mas também a diversidade cultural, de gênero, raça e etnia.

Em meio às sucessivas crises ambientais que o mundo vive, a agroecologia desponta como uma das alternativas de reconstrução dos laços entre o ser humano com e a natureza, mas, sobretudo entre os próprios seres humanos.

O aumento das monoculturas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a multiplicação de organismos geneticamente modificados, de sementes transgênicas, têm provocado ao longo dos últimos anos danos irreparáveis ao meio ambiente traduzidos em poluição e contaminação dos ecossistemas no mundo todo.

A Revolução Verde, incentivada pelas grandes corporações e até mesmo pelos governos de vários países, tinha como intuito erradicar a fome no mundo e promover a inclusão social no campo e nas cidades. Só que ao contrário disso, o cenário construído por ela foi de pobreza, concentração de renda, degradação ambiental e social, segregação espacial, injustiça ambiental e opressão de gênero no meio rural.

Como afirma Silliprandi (2009):

“Ao mesmo tempo em que promoveu [a revolução verde] um aumento espetacular da produtividade agrícola, pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, e da especialização da produção vegetal e animal, provocou graves problemas sociais e ambientais, em particular nos países do chamado terceiro mundo” (Silliprandi, 2009, p. 102).

O trabalho aqui apresentado busca refletir sobre as conexões existentes entre a agroecologia e o protagonismo das mulheres usando como ponto de partida as políticas públicas de incentivo, empoderamento e autonomia das mulheres no campo da agroecologia como promoção de alternativas para o desenvolvimento rural sustentável.

O próprio campo agroecológico, a partir de seus princípios e de suas experiências, aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas, seja do ser humano com ele mesmo ou com o meio ambiente.

Por meio do movimento de mulheres e o feminismo, as agricultoras vencem as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e participam ativamente do processo de construção do saber e fazer agroecológico. Na contramão de cenários hierarquizados e excludentes às mulheres.

O machismo enquanto um sistema ideológico molda os modelos de identidade tanto do masculino, quanto do feminino, aceitos pela maioria e mediados pelos homens. Como Drumont (1980) disserta:

“É através deste modelo normatizante que o homem e mulher “tornam-se” homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretações das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões da relação nele contidos” (Drumont, 1980, p. 81).

A autora ainda demonstra que as questões referentes à destinação da mulher ao âmbito privado e doméstico que o machismo lhes predestina, invisibiliza a força de trabalho feminino nas propriedades rurais muitas vezes apenas entendidas como “ajuda ao marido”. Nesse sentido Drumont (1980) esclarece:

“Exemplo nos é oferecido pela própria destinação em termos de trabalho: a menina é geralmente conduzida para as atividades que não produzem dinheiro, enquanto que o garoto é necessariamente orientado para uma profissionalização” (Drumont, 1980, p. 81-82).

Contudo, a posição e condição social na qual as mulheres se reconhecem e são reconhecidas propicia acúmulo de conhecimentos a partir de uma perspectiva de valorização e reprodução da vida sobre questões que se encontram no cerne do desenvolvimento da agroecologia, como a produção de alimentos saudáveis, de cultivos crioulos, de relações de solidariedade, de cuidado e de respeito (MARONHAS; SCHOTTZ E CARDOSO, 2014).

O Distrito Federal vem ganhando destaque no país, como um dos maiores espaços agrícolas dedicados principalmente ao cultivo de soja. Segundo, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o DF é a unidade da federação que mais espera

aumento de produtividade¹ — 15,5% para a safra 2015/2016 e, no ranking nacional das exportações do agronegócio, o DF aparece na 20ª colocação², à frente: do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Amapá, Sergipe, Paraíba, Acre e Roraima.

Mas na contramão do agronegócio, vem surgindo em pequena escala, o movimento agroecológico do Distrito Federal liderado, pelas agricultoras familiares, principalmente nas áreas de Planaltina e Brazlândia, lugares onde predominam os latifúndios de monocultivo do DF. E a partir desses dados partiu o desejo de entender e como está caminhando o desenvolvimento da agroecologia na região com o protagonismo feminino, vide os exemplos da luta agroecológica protagonizadas por mulheres nas regiões Nordeste e Sul do país.

Com efeito, estabelecemos as seguintes questões da pesquisa:

- a) As políticas públicas existentes são capazes de incentivar o protagonismo das mulheres na agroecologia no Distrito Federal?
- b) E se tanto as políticas públicas, quanto a agroecologia geram ou geraram mudanças nas condições de vida das agricultoras do DF, no período dos últimos 5 anos?

A monografia está dividida em 3 capítulos. No primeiro será apresentada uma revisão da literatura com um breve histórico da luta de mulheres e feministas contra as desigualdades de gênero e pela visibilidade em políticas públicas

No segundo capítulo, apresentamos a agroecologia como um novo campo científico e uma alternativa para a construção de um novo paradigma na concepção kuhniana e como modelo de desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo serão relatados os procedimentos e as técnicas empregados no trabalho, assim como os resultados do campo, utilizando a construção de linhas do tempo com as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e agroecologia e o protagonismo rural feminino como marcadores temporais em conjunto com os eventos de mudanças na vida das agricultoras entrevistadas, com o antes e o depois do processo da transição agroecológica em suas vidas, assim como o atendimento de suas demandas

¹ Ver em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/centro-oeste-produz-42-da-safra-de-graos-e-e-o-principal-polo-agricola-do-pais> acesso em: 05/10/2015.

² Ver em: <http://fatoonline.com.br/conteudo/6355/agronegocio-no-df-alcanca-indices-comparaveis-aos-dos-estados-unidos> acesso em: 27/08/2015.

pelas mesmas políticas públicas listadas nas linhas do tempo, com base na historicidade relatada e obtido em documentos oficiais e na literatura sobre o desenvolvimento das temáticas dentro do território brasileiro e especialmente no Distrito Federal.

Nas considerações finais retomamos os aspectos relevantes dos capítulos anteriores principalmente a importância que a agricultura familiar desempenha na construção da agroecologia como campo científico, com suas práticas e experiências assim como as limitações que existem quanto à formulação e implementação de políticas públicas que incentivem e reconheçam o protagonismo feminino no campo.

Capítulo 1 – Políticas Públicas e a superação das desigualdades de gênero

1.1 Um breve histórico das lutas feministas e de mulheres na busca por visibilidade

Neste capítulo o foco será dado às mulheres rurais e aos seus movimentos de luta. Traz um breve resumo do histórico das políticas públicas para as mulheres brasileiras, mas especificadamente das mulheres do campo – o objeto de estudo deste trabalho - e seus movimentos, dentre estes destacamos, a Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas, que se caracterizam como marcos de referência no fortalecimento e visibilidade das demandas políticas rurais femininas.

Como elucidado acima, o movimento feminista tem um protagonismo dentro das lutas das mulheres brasileiras no tocante às políticas públicas, sendo o feminismo uma base que denuncia o sistema patriarcal estruturador da realidade social do Brasil que legitima a dominação do homem sobre a mulher. O feminismo questiona o sistema de pensamento dominante, demonstrando a irracionalidade e incoerência deste e de como os constructos sociais têm impedido as mulheres de realizar o exercício da cidadania (SILLIPRANDI, 2000).

A literatura mostra o surgimento de novos projetos de sociedade fincados em novas ordens, longe das formas patriarcais e de seu poder regulador em prol dos princípios de igualdade, equidade e justiça social (MIRANDA, 2009). Assim, os estudos feministas e de gênero são inerentes a esses processos e podem dar um respaldo às formulações de políticas públicas que fortaleçam a igualdade de gênero, conforme Bandeira (2005, p. 6) afirma: “Falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento”.

Tornar as mulheres em sujeitos políticos, pertencentes à sociedade com direitos e visibilidade é um dos desafios da sociedade atual. Porém a proposta de incluir num mesmo debate, feminismo, gênero e políticas públicas pode ser um caminho para a construção desse novo paradigma social e um dos instrumentos para desvendar e deslegitimar os mecanismos de opressão e discriminação contra as mulheres. Como aponta a feminista norte-americana bell hooks (2000, p. 1): “o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração e a opressão sexista”. Portanto essa trajetória de luta das mulheres por visibilidade e autonomia é marcada pelo

surgimento e fortalecimento do movimento feminista no mundo e especialmente no Brasil.

A partir do momento em que as mulheres buscam o reconhecimento de sua cidadania e a participação na formulação e implementação de políticas públicas, provocam o aparecimento de movimentos sociais organizados, incluso o de mulheres. Estes questionavam os papéis sociais atribuídos ao seu gênero, principalmente a divisão da vida social, que segundo Lopes (2011) é a principal causa de subordinação da mulher, que delimita os âmbitos público e privado, sendo o primeiro um âmbito de controle exclusivamente do homem, enquanto o segundo ficaria restrito às mulheres, considerado o domínio doméstico/do lar.

As mulheres brasileiras inspiradas pelo feminismo branco europeu e norte-americano iniciaram suas primeiras lutas em busca de emancipação e autonomia política, social e econômica, confrontando o governo autoritário que controlava o Brasil na época da ditadura militar. Contudo, para além das bandeiras da primeira onda feminista, que lutava pelo sufrágio universal, este já havia sido conquistado aqui no Brasil em 1932. O feminismo brasileiro, germinado na década de 1970, incorporou inicialmente questões e lutas referentes à sexualidade, à saúde da mulher e à violência (CIOMMO, 1999).

O movimento de mulheres buscou romper o histórico sistema de dominação social de um Estado patriarcal, capitalista e racista que controlava a sociedade brasileira e invisibilizava a condição feminina (BARSTED, 1994). Com a redemocratização do Estado, pós-ditadura, os movimentos sociais, incluso o de mulheres feministas, ganharam destaque por meio de sucessivas lutas de representação no cenário político e foram fortalecidos ao status de novos atores sociais, tornando-se sujeitos políticos, que reivindicavam melhores condições à mulher na sociedade perante soluções do Estado (FARAH, 2004) e a obtenção de legitimidade social.

Dessa forma, por meio das brechas surgidas com a transição de um governo autoritário para o democrático, os movimentos de mulheres iniciaram diálogos com o Estado na busca por políticas públicas, que segundo a definição de Bandeira e Almeida (2013 p. 36) seria: “umas das formas de interação entre o Estado e a sociedade civil por meio da transformação de diretrizes e procedimentos que reconstroem a realidade da

nação”, que fossem capazes de reverter o quadro de opressão e discriminação contra as mulheres ao longo da história patriarcal do Brasil.

O surgimento desses novos atores na arena política (FARAH, 2004) do país estreitaram as relações sociais e políticas do Estado com as mulheres, gerando modificações e outro olhar quanto às políticas públicas, que segundo afirma Bandeira e Almeida (2013) eram totalmente imbuídas de essencialismos e discriminações, visto que:

“Historicamente, tais políticas eram desenhadas e aplicadas apenas pela elite política (homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social). As vozes e as experiências originadas fora da esfera hegemônica não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política – nem na tomada de decisões nem como suas destinatárias específicas” (Bandeira e Almeida, 2013, p. 36).

Dentro do diálogo travado com o Estado, a estratégia dos movimentos de mulheres seria influenciar os organismos governamentais na elaboração de políticas públicas e programas que as tornassem titulares de direitos e dessem visibilidade às suas demandas, em busca de transformações sócio-políticas que tornassem públicas e politizadas as opressões e politizar as opressões e discriminações que circundavam a sociedade brasileira, transformando-as em objeto de legislação e de políticas públicas (PINTO, 2006), para lhes garantir liberdade, dignidade e autonomia.

No ano de 1975, as organizações internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), iniciaram o processo de respostas às demandas das mulheres, instituindo no mesmo ano, a Década da Mulher, durante a 1ª Conferência Mundial da Mulher, no México. A fim de remover os empecilhos que impediam a igualdade formal entre os gêneros, muitos países modificaram suas legislações, depois de aprovada a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (SILLIPRANDI, 2000), em 1979 e criaram estruturas públicas para a promoção dos direitos das mulheres.

Contudo no Brasil, essa experiência de institucionalizar as demandas do movimento de mulheres, iniciou-se apenas em 1983 com a criação dos primeiros Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher e da Condição Feminina (MOMO et al, 2013). E no ano de 1985, foi criado a nível nacional o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei

nº 7353, de 29 de agosto de 1985, com intuito de promover políticas que eliminassem a discriminação contra a mulher e assegurassem sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país (BRASIL, 2015). Desde então a figura da mulher no Brasil era vista apenas ao âmbito da maternidade, portanto seria demandadora apenas de políticas voltadas às questões da saúde, amamentação e cuidados com os filhos e o lar (PINTO, 2006), de forma que as reduziam ao determinismo biológico da reprodução.

Além de promover políticas de empoderamento das mulheres, a criação do CNDM teve como principal ação política, discutir nacionalmente uma articulação para definir a agenda das mulheres no processo da Constituinte (MOMO et al, 2003), que seria finalizado, com a formulação da Constituição Federal de 1988.

Assim uma campanha nacional do movimento feminista brasileiro com o tema “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” conseguiu mobilizar outras organizações de mulheres e sistematizou um documento chamado “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte” (MIRANDA, 2009) reivindicando pautas necessárias à Constituição Federal referente às demandas das mulheres.

Posteriormente, com o apoio e fortalecimento das ações e articulações do CNDM durante o período, os resultados foram de certa forma satisfatórios às mulheres, podendo ser constatado na Carta Magna, em seu inciso I do 5º artigo, que instituiu a igualdade de todos perante a lei, homens e mulheres, em direitos e obrigações.

Além desse passo político relevante que o CDNM conquistou junto à redemocratização do país, ele também foi propulsor de mecanismos de equidade, no qual as mulheres pudessem participar nos processos de geração de emprego e renda, no acesso às políticas públicas e implementação de programas especiais dirigidos exclusivamente a grupos frágeis ou vulneráveis socialmente (PINTO, 2006).

Dessa forma as mulheres foram se inserindo no mundo da cultura, da política e dos negócios, feminilizando (RAGO, 2001) as relações sociais a partir de novos posicionamentos e perspectivas na construção de espaços de participação, controle social e gestão pública (MOMO et al, 2013).

Em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing na China. Durante a sua realização a comunidade internacional reconheceu que tanto a igualdade de gênero quanto as pautas culturais são condicionadas por políticas públicas,

portanto o papel assumido pelos Estados e Governos na superação dos entraves à formulação de políticas públicas para lidar com a condição de subalternidade da mulher seria imprescindível e o Brasil como signatário desses acordos, iniciou uma trajetória de institucionalização de políticas para as mulheres.

Por conseguinte, os anos 1990 foram marcados pelo reconhecimento do Estado em atender prontamente as demandas das mulheres por meio de futuras políticas públicas e programas governamentais (MOMO, et al, 2003). Mostrando o papel fundamental do Estado na elaboração de políticas públicas que venham a contemplar a equidade de gênero, pois é de sua responsabilidade a promoção da igualdade, com a reformulação de preceitos que viabilizem e valorizem a força de trabalho feminina e desconstruam a cultura de discriminação (MOMO, et al, 2013), seja por meio da educação, inclusão social, autonomia econômica, dentre outros mecanismos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os anos 1990 foram de conquistas e puderam redimensionar um novo papel da mulher perante a sociedade, foram também anos marcados pelo avanço do neoliberalismo nas políticas econômicas de vários países, inclusive o Brasil, e com ele ocorreu o agravamento dos problemas sociais, como desemprego, pobreza e degradação ambiental (SILLIPRANDI, 2000), iniciando uma situação de fragilidade dos organismos de governo em relação às mulheres pelo clima conservador do Estado e o descrédito nos movimentos sociais autônomos (COSTA, 2004).

Entretanto foi também, ao final do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) que ocorreu a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SPM) (2002), também vinculada ao Ministério da Justiça, com prioridades estabelecidas de combate à violência contra a mulher, participação da mulher no cenário político e sua inserção no mercado de trabalho (PINTO, 2006), entretanto sem competência e estrutura claramente definidas (MIRANDA, 2009).

Mas, logo em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a SPM foi elevada ao nível de Ministério, independente de qualquer outro órgão, dando início a um novo momento de articulação, formulação e coordenação de políticas públicas de fomento à igualdade de gênero (MOMMO et al, 2013) e passa a abrigar o CNDM em sua estrutura institucional, como órgão consultivo e não deliberativo (MIRANDA, 2009).

Com o avanço da luta no combate a todas as formas de preconceito e discriminação contra as mulheres, herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente, agora com um órgão capaz de dar voz às suas demandas, mais de 120 mil mulheres de uma vasta rede social formada por técnicas governamentais, gestoras e mediadoras de políticas públicas, militantes dos movimentos de mulheres e feministas, representantes de ONGs, lideranças comunitárias, trabalhadoras urbanas e rurais. Algumas destas eram as representantes do governo (Secretaria de Políticas para as Mulheres e os demais Ministérios) e outras representantes de entidades da sociedade civil (Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras, Central Única dos Trabalhadores, Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, entre outras) de todo o Brasil articuladas desde as conferências estaduais, municipais e regionais, organizadas por todo o país (BRASIL, 2004) realizaram no ano de 2004 em Brasília, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), sendo que as deliberações tomadas ao final da Conferência serviram de base para o início da construção e elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o processo de elaboração das diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres se deu na discussão do Documento “Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres” nos 20 grupos de trabalho que constituíam a I Conferência.

Como destaque dentro do Documento é importante sinalizar os cinco eixos temáticos com vista em inserir de forma construtiva as mulheres nas ações do Estado: i) Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra; ii) Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; iii) Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; iv) Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; v) Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

Logo, esses foram, resumidamente, os três momentos mais importantes das políticas públicas para as mulheres brasileiras: a criação da SPM, com status de Ministério; a convocação para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres,

com a responsabilidade de definir as diretrizes e estabelecer as prioridades para uma política nacional e a criação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (AMB, 2011) que expressa o propósito das iniciativas do governo na reversão das desigualdades de gênero e constitui-se instrumento que beneficia não só as mulheres, mas toda a sociedade (PNPM, 2005).

Por fim, esse enfrentamento das desigualdades de gênero, segundo Momo et al (2013 p.190): “é parte do processo histórico de lutas das mulheres no Brasil, história construída por diferentes mulheres, em diferentes espaços, de diferentes maneiras”.

Entretanto, mesmo com a construção plural do movimento de mulheres na busca de seus direitos e cidadania, as conquistas deram visibilidade apenas às mulheres urbanas, mas como foi dito, esse processo foi feito e composto na diversidade de mulheres, portanto é necessário destacar o papel das mulheres rurais na saga do reconhecimento e garantia de visibilidade da sua força de trabalho na agricultura e de seu papel como novos atores sociais e políticos, de empoderamento frente às estruturas patriarcais que pulsam mais forte no meio rural e no seu protagonismo em busca de um novo paradigma de desenvolvimento socioeconômico, baseado na sustentabilidade e na agroecologia.

1.2 A luta das mulheres rurais

Se as desigualdades de gênero ainda se expressam com força nas cidades, na zona rural são ainda mais marcantes. Isso nos leva a pensar que a forma de análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deva considerar as condições de vida no campo e a dificuldade de acesso por parte das mulheres às políticas públicas que reduzam e até eliminem as discrepâncias de gênero no meio rural (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

As diferenças entre homens e mulheres são perceptíveis, natural ou culturalmente, e a forma como estas diferenças são vistas e interpretadas acabam causando as desigualdades nas relações de gênero. O confinamento da mulher exclusivamente ao âmbito privado e doméstico é o principal exemplo disso. Os trabalhos são hierarquizados, e as funções reprodutivas (das mulheres) e produtivas (dos homens) se mostram como mundos separados. O primeiro como sinônimo de valor imaterial, já o segundo é compreendido como valor mercantil.

Dessa forma, o machismo como um sistema de representações simbólicas, segundo Drumont (1980), acaba mistificando as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homens e mulheres.

Nas diversas formas que assumem essas desigualdades rurais, a que mais atinge as mulheres é a invisibilidade de seu trabalho (HEREDIA e CINTRÃO, 2006), conforme BUTTO (2011 p. 12): “a economia do meio rural sempre esteve ligada à divisão sexual do trabalho”. Esta divisão do trabalho dentro da zona rural, mais especificadamente na agricultura familiar, pressupõe além da diferenciação das tarefas entre homens e mulheres, uma subordinação de gêneros, onde as construções de identidade de gênero relacionam o trabalho e a agricultura com o masculino, não incluindo as mulheres no discurso de desenvolvimento econômico (SILLIPRANDI, 2000). Entendendo o significado de gênero, por esta mesma autora (2000), no sentido das relações sociais de poder entre homens e mulheres fundadas no acesso aos meios materiais de subsistência, calcadas pelas crenças e valores perpetuados na educação, cultura e pelo imaginário social.

As mulheres, no meio rural, são responsáveis pelo trabalho doméstico, pela criação dos animais e cuidado da horta, além da participação ativa nos demais trabalhos agrícolas. Contudo suas atividades não são consideradas como trabalho formal, por não obterem retorno financeiro à família, o que gera a invisibilidade do seu papel dentro do sistema de produção agrícola familiar (COSTA e NUNES, 2014), e na maioria das vezes todo seu trabalho é concebido apenas como “ajuda” ao marido. Tal fato deve-se à extrema masculinização do mundo rural e pelo predomínio das relações patriarcais e do ideário de família nuclear, baseado em definições de papéis específicos para os membros da família, o que torna o homem como o único possível “chefe” da família.

Assim, no caso de famílias que se formam sem a presença de um homem e onde as mulheres são as “chefas” de família, a subordinação e a invisibilidade são fatores que impedem o reconhecimento aberto da importância do trabalho feminino e, conseqüentemente, da necessidade de serem titulares de direitos de políticas públicas específicas. De maneira resumida a autora abaixo expressa a importância de olhares:

“Avançar no sentido de maior igualdade de gênero em nossa sociedade requer mudanças profundas no pensar e no agir; implica ampliar as percepções que temos acerca dos lugares, das atividades, das relações sociais e das próprias definições relacionadas a homens e mulheres; implica, portanto, questionar, desestabilizar e redefinir estruturas, valores e

concepções que servem como base e pilares da organização social vigente” (Gonzalez, 2014, p.239).

Por conta dessa naturalização das relações desiguais de gênero, muitas das mulheres, mesmo com o reconhecimento de seu trabalho produtivo, sofrem com o machismo institucional, que permeia os órgãos e entidades governamentais. Muitas das políticas públicas voltadas às populações rurais, por meio das quais podem financiar as práticas da agricultura familiar e agroecológicas, dependem do titular da terra, que em muitos casos são os homens.

Como por exemplo, nas regras dos programas, como o PRONAF, a Declaração ao PRONAF – DAP estipula-se que todos os integrantes adultos da família são aptos à declaração e solicitação de financiamento do programa. Entretanto, na prática muitas vezes as mulheres não conseguem dar entrada ao financiamento, pois os técnicos e os gestores ainda consideram como chefe de família o pai e não a mãe, desta maneira o único titular de direito seria um homem.

Mas, com a redemocratização do Estado brasileiro e o levante dos movimentos sociais, incluso o de mulheres e feministas, uma nova perspectiva de rompimento dessas estruturas patriarcais de subordinação à mulher rural ganhou força e o final dos anos 1980 simbolizou o marco histórico do início dos movimentos das trabalhadoras rurais (MENEZES e GAMA, 2012).

Dessa forma as mulheres rurais adquiriram estímulos na luta pela valorização e reconhecimento de seu trabalho e na afirmação de *status* de agricultoras legítimas e sujeitos políticos, questionadoras da forma incisiva que as relações de poder e discriminação permeavam o meio rural (BUTTO, 2011). Suas bandeiras de luta passavam primeiramente pelo reconhecimento de suas profissões como agricultoras registradas nos documentos, na luta por direitos sociais, em especial a aposentadoria, no direito à sindicalização e das questões referentes à saúde da mulher rural (MENEZES e GAMA, 2012).

1.3 A Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas: “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

Os movimentos sociais rurais alavancaram e criaram condições favoráveis à criação e implementação de políticas públicas, como a política de assentamentos, o

movimento sindical, a previdência social rural e o financiamento de créditos agrícolas voltados para a agricultura familiar, de forma que o acesso favorecesse as mulheres (HEREDIA e CINTRÃO, 2006), visto que desde o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, alguns direitos já foram pré-estabelecidos, como o direito e sua inclusão como titulares da terra, a sua inclusão como titulares de direitos da previdência social, o direito a aposentadoria, dentre outros.

Mas, apenas nos anos 2000 que as agricultoras ganharam o *status* de agricultoras/produtoras rurais, embora ainda dependentes de linhas de crédito, políticas de comercialização e assistência técnica rural.

A realização da 1ª Marcha das Margaridas com a Contag e suas parceiras reuniram cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, sob o lema da Marcha Mundial das Mulheres “Contra a Fome, Pobreza, Violência Sexista” neste mesmo ano de 2000, deu alcance e voz às trabalhadoras rurais, com reivindicações focalizadas nas questões estruturais das trabalhadoras do campo e das florestas, a fim de superar a pobreza e a violência sexista e promover um desenvolvimento sustentável equânime entre os gêneros (CONTAG, 2012).

Além desses pontos, o movimento de mulheres rurais conseguiu avançar na discussão das relações de gênero e do papel destas mulheres em suas famílias e na sociedade camponesa, reafirmando as reivindicações de mudanças, principalmente, na divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, 2009).

Nessa perspectiva, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi pioneiro na institucionalização da questão de gênero em suas políticas públicas e no desenvolvimento dos programas governamentais dando-lhes autonomia econômica e política, sendo o principal órgão da esfera federal que deu visibilidade às mulheres rurais.

Já nos anos 2000 e 2001, o órgão estabeleceu programas que destinavam inicialmente 30% de todos os recursos financeiros para as mulheres assentadas da Reforma Agrária e que tivessem unidades de agricultura familiar, englobando dentro desse pacote de recursos, a capacitação e assistência técnica, além de linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (PINTO, 2006).

Paralelamente ao surgimento da Marcha das Margaridas como um grito à visibilidade das mulheres rurais, surge o Movimento de Mulheres Camponesas, na luta por direitos e igualdade de gênero no campo e com foco na configuração de novas relações do ser humano com a natureza, por meio da agroecologia, firmando o protagonismo das mulheres no novo campo de conhecimento.

O surgimento da Marcha das Margaridas e dos outros movimentos, principalmente o MMC tiveram e ainda possuem uma relevância de peso para as lutas feministas do meio rural. Mas, é necessário apontar que, antes mesmo da eclosão dos movimentos sociais autônomos unificados e da Marcha, as mulheres rurais sempre estiveram nas lutas por justiça e no questionamento dos papéis naturalizados na sociedade dominada pelo poder patriarcal (CRUZ, 2013). Essas lutas foram iniciadas principalmente nas regiões sul e nordeste do Brasil, por meio da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR - Sul) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR – NE) (CRUZ, 2013).

Mas durante as discussões da I Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, acontecidas posteriormente houve consenso de unificar os movimentos autônomos de trabalhadoras rurais de todo o Brasil e consolidá-los em um único movimento, com mais autonomia política e visibilidade nacional (CRUZ, 2013). E dessa articulação resultou o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fruto da junção de esforços dos movimentos autônomos de mulheres em busca de: “Reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais” (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). A busca de construir uma identidade ideológica.

O MMC visa à construção de um projeto de agricultura camponesa e agroecológica baseado na: “resistência, enfrentamento e negação ao modelo capitalista e patriarcal no campo” (2004, p.5) e por uma produção de alimentos saudáveis e diversificados, para garantir a soberania alimentar e combater a fome e a miséria (MMC, 2007), além de valorizar o papel protagonista das mulheres camponesas no desenvolvimento de um novo paradigma e no modelo de agricultura, que defenda a biodiversidade, recupere as sementes crioulas e a vida (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Contudo, é importante ressaltar as diferenças ideológicas e políticas que caracterizam os dois movimentos, mesmo sendo a bandeira de ambos a luta por um desenvolvimento rural sustentável e não sexista. Pois, a Marcha das Margaridas é a

reunião de todos esses movimentos e rede de mulheres e feministas, inclusos o MMC, a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, o Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Por exemplo, o MMC tem por base a sua mobilização e articulação social nos preceitos da Via Campesina, a organização internacional dos camponeses que lutam pela reforma agrária no mundo e já a própria Marcha das Margaridas tem por característica a ideologia trazida da militância dos sindicatos rurais, filiados à CUT e à CONTAG (SILVA, 2008).

É notório que o histórico de desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres rurais, que atendessem as diversidades de mulheres do Brasil e que respeitassem as especificidades, demandas e vivências únicas desses sujeitos, teve como pilar fundamental o movimento social, principalmente os movimentos feministas e de mulheres, estes últimos tiveram um papel de extrema importância na busca dos direitos femininos desde a época da redemocratização do Estado brasileiro pós-ditadura, seja na militância da Marcha das Margaridas que desde os anos 2000 levanta a bandeira da existência das mulheres rurais, que requerem a autonomia de suas próprias vidas e corpos, até o Movimento de Mulheres Camponesas, precursoras na busca de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, baseado na agroecologia e do reconhecimento das mulheres do campo como trabalhadoras rurais legítimas.

Estes movimentos, assim como as mais diversas experiências autônomas em prol das mulheres continuam tendo papel fundamental, tanto na correção de rumos das políticas públicas, como na garantia da efetivação do acesso de todas as mulheres aos direitos já conquistados, além de impulsionar as mudanças culturais nas expressões opressoras da sociedade (HEREDIA e CINTRÃO, 2006) e de fato potencializar as mulheres como atores políticos e sociais.

1.4 O papel das mulheres na luta ambiental

Na década de 90, os movimentos de mulheres se aproximaram das lutas ecológicas, e a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus eventos internacionais tiveram peso nessa aproximação, principalmente durante a realização da ECO-92, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 1992. Foi o primeiro evento internacional que incorporou e deu voz às demandas e ao protagonismo das mulheres frente às questões da problemática ambiental.

Durante a ECO-92, os temas ecológicos e das mulheres se concentraram dentro do Planeta Fêmea, um ponto de discussão durante a Conferência que reuniu as mais diversas mulheres, que defendiam “um olhar feminino sobre o mundo”, ressaltando as ações destas para a recuperação do meio ambiente. E foi durante esse processo que se percebeu o quanto as mulheres estavam à margem do modelo econômico, do paradigma dominante da ciência, do padrão de desenvolvimento e eram as mais afetadas pelos problemas da degradação ambiental.

Posteriormente, a temática ganhou relevância nas agendas de outros eventos internacionais, como por exemplo, na IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing, realizada em 1995 focada na construção da figura da mulher como sujeito político (SILLIPRANDI, 2009).

O movimento de mulheres, feministas e não feministas, visava lhes dar ainda mais voz na discussão e lugar de protagonismo no novo modelo de desenvolvimento com base nos princípios agroecológicos. Essa onda de participação das mulheres a favor dos recursos naturais e das questões ambientais, fez com que, segundo Lisboa e Lusa (2010, p. 874), as “políticas ambientais e o ativismo social se estruturassem com enfoque de gênero”.

Capítulo 2 – Agroecologia e o protagonismo das mulheres

2.1 O modelo agrícola hegemônico e a Revolução Verde

A agricultura, por definição, já significa a artificialização do meio natural, em que ocorre a conversão do ecossistema em agrossistema, articulando-se o trabalho humano com o da natureza (PETERSEN et. al, 2009).

Com a chegada das inovações tecnológicas ao longo do século 20, ocorreu a intensificação produtiva e os agrossistemas foram diferenciando-se estrutural e funcionalmente dos ecossistemas naturais, em um processo que Petersen et. al. (2009) chama de “progressiva artificialização” agrícola. Durante o período pós II Guerra Mundial, o processo de articialização que modernizou a agricultura foi disseminado por todo o mundo com o apoio técnico e financeiro de instituições internacionais e das grandes corporações (SILLIPRANDI, 2009).

Esse processo ficou conhecido como Revolução Verde, uma proposta de produção agrícola que buscava, nos dizeres da ciência convencional e das grandes corporações, detentoras das tecnologias e do conhecimento, erradicar a fome no mundo e produzir alimentos em larga escala com o uso de novas tecnologias e insumos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a Revolução Verde promoveu de fato um aumento na produtividade agrícola de determinadas culturas, também introduziu os fertilizantes químicos, agrotóxicos, transgênicos, entre outros elementos que compõem o “pacote tecnológico” desta Revolução Agrícola. Este foi o marco inicial de inúmeros problemas ambientais presentes no planeta até os dias de hoje (SILLIPRANDI, 2009). Além dos problemas ambientais que já existiam desde a época da Revolução Industrial, a situação agravou-se tanto pelos impactos visíveis que estes produtos causavam para o meio ambiente e para a saúde humana como pelo desconhecimento dos impactos que geravam.

Como assinala Petersen et. al. (2009):

“o paradigma científico tecnológico da Revolução Verde expandiu-se globalmente ao articular seis práticas básicas: as monoculturas, o revolvimento intensivo dos solos, o uso de fertilizantes sintéticos, o controle químico de pragas e doenças, a irrigação e a manipulação dos genomas de plantas e animais domésticos” (Petersen et. al, 2009, p 1-2).

Toda essa artificialização da agricultura e dos ecossistemas naturais provocou e agravou os problemas socioambientais, principalmente na integridade ecossistêmica. A introdução de organismos geneticamente modificados afetou a qualidade dos alimentos e em muitos casos provocou endividamento de milhares de agricultoras e agricultores familiares (ALTIERI, 2010), por conta da extrema desigualdade, em termos de competição, criada pela Revolução Verde. O agronegócio prioriza a produção em larga escala e financia apenas os grandes produtores, em consequência disto, observa-se perda do valor do trabalho e diminuição da produção da pequena agricultora e agricultor familiar.

Mas para além de todos esses problemas, o processo modernizador da agricultura introduziu mudanças no saber e fazer tradicional das famílias rurais e disseminou esses conhecimentos eram ultrapassados e não legítimos, portanto deveriam ser ignorados (LUZ, 2014). Dessa forma, as relações de coprodução entre natureza e agricultura, que orientavam a vida no campo por milênios foram rompidas e o modelo

de produção do agronegócio totalmente dependente dos insumos externos e de energias não renováveis (derivadas de combustíveis fósseis) instalou-se e imperou no setor produtivo e econômico (PETERSEN et. al, 2009).

O agronegócio, também, conhecido como agricultura industrial/artificial, enxerga o processo de produção agrícola apenas como um mercado e ignora todas as relações existentes entre o ser humano, a natureza e seus recursos. Portanto, reproduz e pratica um modelo hegemônico de produção que fortalece suas bases em uma estrutura de violência e predação contra os recursos naturais, sem respeito à capacidade de carga e resiliência do meio ambiente e às relações sociais decorrentes desse processo.

2.2 Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável

Se por um lado, o cenário econômico obtém lucros e crescimento com o modelo do agronegócio e do modelo vigente de desenvolvimento rural, o mesmo não se pode dizer dos cenários ambientais, sociais e culturais, pois diante dos inúmeros problemas desencadeados, deu-se início ao que Emma Silliprandi (2009, p. 67) pontua como uma: “crise ecológica que decorre do intenso processo de industrialização e urbanização e seus problemas como poluição do ar, contaminação da água e dos solos, desmatamento, etc”.

Diante das crises do petróleo e de outros recursos não renováveis e dos sucessivos desastres ecológicos, criaram-se desconfianças sobre a sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento econômico e agrícola que se restringe a uma visão utilitarista da natureza (SILLIPRANDI, 2009).

A massificação do uso dos agrotóxicos DDT e intensificação do seu uso levou a bióloga norte americana, Rachel Carson, preocupada com a expansão do agronegócio e de seus insumos químicos, a lançar o livro “Primavera Silenciosa”, uma compilação de estudos e análises sobre alguns agrotóxicos e fertilizantes utilizados pelo modelo agrícola industrial. A publicação foi lançada como um alerta sobre os riscos mais diversos que os componentes dos agrotóxicos, comumente usados na Revolução Verde, poderiam desencadear a curto e longo prazo no meio ambiente e na saúde humana.

Em oposição ao modelo hegemônico agrícola vigente, propõe-se a construção de uma agricultura sustentável. Pensar nisso segundo Petersen et. al (2009, p.5), “implica

na redução drástica do emprego de energia fóssil e de outros recursos naturais finitos nos sistemas agrícolas”. O desenvolvimento rural sustentável, finca suas bases no uso racional dos recursos naturais, resgatando o conhecimento tradicional de forma a reconectar a agricultura aos ecossistemas naturais e também ao ser humano em bases harmônicas e compreensão de pertencimento a um único sistema.

E pensar em uma base mais sustentável de desenvolvimento, o autor Ignacy Sachs (2008) propõe um modelo que seja: “desejável e possível”, que tenha oportunidades de trabalho para todas e todos, inclusão social, políticas públicas, distribuição de renda, igualdade, equidade e solidariedade, um desenvolvimento “inclusivo, sustentável e sustentado”.

Nessa nova perspectiva de luta em prol da sustentabilidade, os movimentos sociais, principalmente o de mulheres rurais, protagonizam e defendem um novo modelo socioeconômico que seja capaz de reverter os danos socioambientais causados pelo agronegócio.

A proposta de uma nova agricultura engloba não só a maneira de produção contrária ao que é a proposto pela monocultura dos latifúndios, mas também objetivos políticos (LUZ, 2014) e para tanto são necessárias mudanças sociais e políticas que busquem equidade, solidariedade, assim como mudanças nas relações de gênero, superando as desigualdades e opressões em termos sociais e culturais assim como o modo de pensar hegemônico (BURG E LOVATO, 2007).

As mulheres possuem papel estratégico na gestão dos recursos naturais em grande medida pela responsabilidade na provisão de alimentos para o sustento da família, e conseqüentemente porque contribuem para a manutenção do manejo sustentável da biodiversidade nos moldes da agroecologia (LISBOA e LUSA, 2010).

Vale a pena ressaltar as dimensões simbólicas, pois vão além da construção de espaços agrícolas sustentáveis, propiciando a implementação de espaços sociais de gênero. (BURG e LOVATO, 2007).

Como afirma Martinez Alier (2004) embora as sociedades camponesas e seus modos de conhecimento sejam uma chave para a busca de um novo paradigma de desenvolvimento e de modelos harmônicos com a natureza, estes ainda são “lastimosamente patriarcais” e, portanto, a junção de mulheres e a agroecologia, seria

uma forma de pensar em construir maiores níveis de autonomia e espaços sociais que diminuam as relações de dependência e que as mulheres possam alcançar os espaços de poder e modificar dinâmicas e relações existentes dentro dessas sociedades.

Quanto à superação da invisibilidade do trabalho das mulheres e a rígida divisão sexual do trabalho, a antropóloga Maria Emília Pacheco (2002) propõe que os projetos da agricultura familiar e agroecológicos passem a dar destaque para as mulheres como sujeitos desses espaços:

“Há elos a estabelecer entre os debates sobre a sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções se colocam contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre a sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero, e integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente” (PACHECO, 2002, p. 2).

Ainda acrescenta:

“As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar” (PACHECO, 2002, p.1)

Para corroborar a construção da relação entre o movimento ecológico e o feminista na busca de um novo paradigma com um exemplo, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) do Governo Federal, instituído em 2012 contempla a paridade entre as mulheres camponesas e os homens camponeses, dentro de suas metas, garantindo 50% de participação feminina, no recebimento de assistência técnica e extensão rural agroecológica e tem estabelecido em seu objetivo No. 2, a valorização do protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2013).

Além disso, temos ainda os capítulos dos Planos Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM's) – que serão abordados com mais detalhes no próximo capítulo - que empoderam as mulheres e aborda a temática do protagonismo feminino

na agroecologia, além de outras políticas públicas que serão apresentadas e discutidas ao longo do capítulo seguinte.

2.2.1 A construção de um novo paradigma

Esses modelos hegemônicos de pensamento estão sendo questionados provocando a busca de novos modelos de relação do ser humano com a natureza.

A economia verde³ é colocada como um desses modelos e seria uma alternativa à crise socioambiental enfrentada no século XXI. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – (PNUMA), define economia verde como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar do ser humano e igualdade social capaz de reduzir os riscos ambientais e a escassez dos recursos naturais, baseada em três características básicas: a baixa emissão de carbono, eficiência no uso dos recursos naturais e a inclusão social.

Entretanto, a economia verde é criticada pela maioria dos movimentos ambientalistas e ONG's, pois consideram que esse rótulo “verde” é apenas um “esverdeamento” de mercado em que os bens naturais possam ser valorados monetariamente e a sua regulação, por meio de instrumentos econômicos, tornar-se-ia a solução aos problemas da degradação ambiental.

Entendemos que a crise ambiental não será solucionada através de rótulos, se faz necessária a mudança na maneira de pensar e agir, produzir e consumir. Segundo Caporal (2009, p. 15) precisa-se “entender que se trata da necessidade um novo paradigma em construção, na acepção kuhniana de paradigma”⁴. Portanto, todos esses rótulos não cabem em uma nova estrutura paradigmática baseada no resgate de valores e saberes tradicionais.

2.2.2 A agroecologia como um novo paradigma

Com foco nos problemas socioambientais causados pelo agronegócio, pode-se dizer que mais do que mudar as práticas de agricultura, a mudança de paradigma deve

³ Definição do PNUMA – Disponível em: <http://radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=12&idmenu=20> Acesso: 12/03/2016

⁴ Segundo Kuhn (2007): “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Temos como exemplos, a física de Aristóteles, a astronomia de Copérnico, como exemplos de paradigmas.

trazer mudanças políticas, econômicas e socioculturais, dando importância à perspectiva de gênero e rompendo com as concepções anteriores de desenvolvimento que se baseiam apenas na visão econômica e fragmentadora do sistema social (LAGARDE, 1996). Nessa perspectiva a agroecologia surge como um dos novos paradigmas.

A agroecologia responde e configura-se como a alternativa mais viável para um novo paradigma, ainda que repleta de desafios e oposições. Assim, segundo Caporal (2009):

“Constitui-se como um campo do conhecimento científico, que partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coo evolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência” (Caporal, 2009, p.17).

Dessa forma, discutir agroecologia significa discutir o modelo vigente de desenvolvimento preconizado pelos economistas clássicos.

As relações econômicas derivadas da ordem natural, assim como as acreditadas pelos fisiocratas enxergavam a noção de excedente e valor econômico como derivados da natureza. Em conjunto com a Revolução Industrial, esse processo de desenvolvimento econômico no mundo capitalista construiu traços da modernidade atual com indivíduos livres e de consumo de massas. O desenvolvimento mostrou sua capacidade de produzir amplamente a geração de riquezas, ao mesmo tempo em que gera desigualdades e exploração do meio ambiente com danos e riscos à sociedade (AMAZONAS, 2012).

A percepção científica e social, articulou a problemática ambiental à gênese no modelo de desenvolvimento econômico. Portanto, o surgimento do desenvolvimento sustentável, como um novo modelo redefine o desenvolvimento econômico aos termos das condições naturais e ecológicas do meio ambiente (AMAZONAS, 2012).

O novo-desenvolvimento deve amenizar as desigualdades sociais, pois o objetivo do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas (SEN, 1999). Armatya Sen (1999) ainda discorre sobre:

“Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. [...] Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minucioso para uma compreensão mais plena do

processo de desenvolvimento, é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é como observou Aristóteles, ‘meramente útil e em proveito de alguma outra coisa’ (Sen, 1999, p. 28-29).

Por isso a agroecologia propõe-se a discutir uma alternativa ao modelo predatório de desenvolvimento, visto que seus princípios não seguem a linha de exploração, acumulação de riquezas ou o surgimento de desigualdades sociais, pelo contrário visa integrar saberes, comunidades, ciências e ressignificar o sentido de desenvolver-se.

Ainda Caporal (2009) acrescenta:

“Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a agroecologia busca integrar os saberes históricos das agricultoras e agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística” (Caporal, 2009, p. 17-18).

A agroecologia resgata a sabedoria camponesa e fortalece a sua organização produtiva, socioeconômica e cultural (BIASE, 2010). Portanto, a agroecologia surge como uma alternativa em resposta à desconstrução do padrão hegemônico vigente. (BALEM e SILVEIRA, 2002). Ou como Borsatto e Campo (2012, p. 711) corroboram: “a agroecologia emerge no campo científico como uma resposta a crise socioambiental que o mundo rural vem atravessando para a qual as disciplinas não conseguem encontrar as respostas”.

Por meio de sua abordagem holística e sistêmica, a agroecologia resgata a complexidade presente nos agrossistemas tradicionais e integrar a agricultura familiar (BURG e LOVATO, 2007), que antes da modernização da agricultura, respondia a todas as demandas existentes no meio rural em termos econômicos, culturais, ambientais e sociais.

Portanto, esse resgate da agricultura familiar é essencial para a construção de um desenvolvimento rural sustentável, tido como um setor estratégico para manter e recuperar o emprego das mulheres, para a redistribuição de renda e para a garantia da segurança alimentar e nutricional do país.

A monocultura e a biotecnologia, frutos do agronegócio, inviabilizaram a agricultura familiar e transformaram os espaços agrícolas em majoritariamente masculinos e em campos de produção monetária (BIASE, 2010), caracterizando a divisão sexual do trabalho dentro das propriedades agrícolas como a grande causadora das desigualdades de gênero dentro do meio rural e da invisibilidade produtiva das mulheres e de suas demandas políticas e sociais.

Para Vandana Shiva (2001), esse desenvolvimento hegemônico concentra-se em bases patriarcais, mais precisamente no que ela chama de um “projeto patriarcal”, que subjuga e separa cultura e natureza, estabelecendo a relação dual entre homem – cultura e mulher-natureza, como uma forma de naturalizar a dominação da mulher.

No mesmo sentido, Sherry Ortner (2001) explica que o status secundário da mulher é naturalizado e as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas com a natureza, em oposição aos homens que são identificados com a cultura, e sendo que a última tem como plano submeter e transcender a natureza, portanto, se as mulheres são consideradas parte da natureza, então a cultura, achará que seu papel “natural” é subordiná-las, para não dizer oprimi-las.

Em vista a desmitificar as prerrogativas que moldam o pensamento científico cartesiano que caracteriza o porquê da mulher ser mais próxima da natureza e como se desdobra a invisibilidade feminina, Ortner (2001) utiliza uma abordagem biológica e mediante esse discurso traça três características que possivelmente possam justificar essa atribuição da mulher como ser mais próxima da natureza e dessa forma a sua subordinação em relação aos homens e à cultura.

E para a autora o corpo da mulher e suas funções estão relacionados com “espécies de vida” colocando-as próximas à natureza, enquanto que o homem possui uma fisiologia que o liberta para assumir os esquemas da cultura; o papel social feminino é visto como mais próximo da natureza, por conta de suas funções fisiológicas, pois estas limitam seu movimento social e as confinam a certos contextos sociais; por fim, esses papéis sociais tradicionais femininos, impostos por seu corpo e suas funções, lhe dão uma estrutura psíquica diferente, de aproximação da natureza.

Mas essa separação criada do binômio cultura/natureza, homem/mulher como afirma Ortner (2001, p. 100-101) é produto da cultura e da crença do homem em sua

superioridade, que se define ainda como transcendente, seja por seus sistemas de pensamento ou por suas tecnologias e, portanto detentor de um poder legítimo de subordinação em relação tanto à mulher como à natureza.

Em contraponto, a ecofeminista Vandana Shiva (2001) nos oferece uma reflexão sobre essa concepção de natureza contraposta à ideia de cultura que legitimou a opressão às mulheres e à natureza:

“A ascensão da filosofia mecanicista que sobreveio à emergência da revolução científica esteve baseada na destruição de conceitos de uma natureza auto regenerativa, auto organizada, que sustentava toda a vida. Para Francis Bacon, chamado o pai da ciência moderna, a natureza não era mais mãe e sim mulher a ser conquistada por uma mente masculina agressiva” (Shiva, 2001, p. 71).

Com base nesses argumentos, a agroecologia é apontada como uma proposta de mudança na matriz tecnológica fundada nos valores éticos de justiça e equidade social (SILLIPRANDI, 2009).

Diante dessa abordagem, Guzmán (2001) questiona a possibilidade de esse novo paradigma agroecológico mudar realmente as estruturas de poder e propor a organização e a articulação dos atores sociais locais, principalmente as mulheres, como forma de resistência ao modelo antigo:

“A Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local. Em nossa opinião, a maneira mais eficaz para realizar esta tarefa consiste em potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador” (Guzmán, 2001, p.36).

Ao que é colocado por Guzmán, com o surgimento da agroecologia e a construção de um novo paradigma, observa-se a efervescência do movimento organizativo das mulheres rurais. A incorporação da perspectiva de gênero passa a ser recorrente nas intervenções no meio rural, seja por pressão das próprias agricultoras ou pela exigência de entidades internacionais e passando a ocupar espaços nas agendas políticas e sociais dos estados e da sociedade civil e também dos princípios que nortearão o paradigma agroecológico (SILLIPRANDI, 2009).

Para Max-Neef (2003), o processo de desenvolvimento alternativo em conjunto com o “empoderamento das mulheres”, propõe a desconstrução do paradigma dominante de desenvolvimento centrado no capital para um que valorize e capacite as

mulheres e as reconheça como sujeitos de desenvolvimento e protagonistas do paradigma agroecológico. Nisso, é importante reconhecer as diferentes formas de opressão e violência que se inter cruzaram formando as identidades das mulheres, mesmo que muitos avanços aconteceram nessa perspectiva, como detalha Silliprandi (2009):

“Ainda persistem desigualdades flagrantes na comparação da sua situação com as dos homens, tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para sua sobrevivência (ao trabalho, à propriedade, ao poder político), com relação à possibilidade de realização de projetos autônomos vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes” (Silliprandi, 2009, p. 68).

A feminização da pobreza, sendo esta na definição de Medeiros e Costa (2008): “uma mudança de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres” (2008, p. 1), a segregação populacional, a pequena presença em espaços de poder, a dupla jornada de trabalho, o recrudescimento da violência de gênero são formas de inequidade e violência vinculadas aos padrões sociais e culturais sexistas predominantes.

Nos últimos anos firmaram-se conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos, questionando as instituições sociais, as ideologias, os valores que regulavam os indivíduos e o meio ambiente em toda sua totalidade (SILLIPRANDI, 2009).

2.3 Ecofeminismo

Na interface da luta ecológica com as teóricas e os pensamentos feministas surge o ecofeminismo, entendido como o encontro entre o feminismo e a ecologia (PULEO, 2009).

Na segunda onda feminista mundial, com início nos anos 1960 até meados da década de 1980. Nasce o feminismo da diferença⁵, que logo se dividiu em vários segmentos, sendo um deles o ecofeminismo.

⁵ As intervenções de mulheres de cor, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo, entre outras foram integradas ao debate do feminismo hegemônico, a discussão se desloca do plano dicotômico homem e mulher, rumo à exploração das diferenças entre mulheres. O feminismo da diferença distancia-se das determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos além do gênero. (COSTA e ÁVILA, 2005).

O ecofeminismo passou a ser usado na análise das relações mulher-natureza e no movimento agroecológico que na opinião de Emma Silliprandi (2009) não incorpora o reducionismo biológico à análise das questões das mulheres. Para a autora as ecofeministas são uma vertente do feminismo radical e do feminismo da diferença que se dedicou aos problemas ecológicos.

Inicialmente as ecofeministas discutiam temas relacionados ao aumento populacional e aos direitos reprodutivos das mulheres. Já que na perspectiva neomalthusiana o crescimento da população, era a principal causa da crise ambiental.

Contudo, essa concepção neomalthusiana violava os direitos reprodutivos das mulheres e culpabilizava a figura feminina pelo agravo da pobreza e dos demais desastres naturais, o que gerou rechaço pelas ecofeministas, contrapondo-se com a ideia de que o controle de natalidade era apenas uma parte da equação e que na verdade, o modelo hegemônico produtivista excludente dominado pelos homens era o grande causador de toda a problemática ambiental (SILLIPRANDI, 2009).

A própria autora Ortner (2001) contribuiu na consolidação de luta ecofeminista ao afirmar que a subordinação da mulher pelo homem se dava pela dualidade cartesiana criada entre homem-natureza, e que dessa forma, afirma Puleo (2009, p. 172): “a mulher foi naturalizada e a natureza feminilizada”.

A ecofeminista Vandana Shiva (2001) discorre sobre a violência naturalizada contra a mulher e a natureza, não com base na dimensão ideológica afirmada por Garcia (1992), mas em bases materiais – como a dependência material da mulher sobre a produção de seu sustento, de sua família e de sua comunidade.

Foi a partir dessa junção da luta feminista com a ecológica que surgiram os vários movimentos de luta em prol do meio ambiente e da mulher. Dentre os movimentos que mais tiveram força foram os originários de países do terceiro mundo, conhecidos por vincularem a resistência das mulheres que denunciavam sua subalternidade ao avanço de políticas desenvolvimentistas. E dentre estes movimentos pode-se citar o caso do Chipko na Índia, cujo protagonismo coube às mulheres na luta contra as monoculturas, principalmente de eucaliptos, dos efeitos dos alimentos transgênicos para a biodiversidade e para a saúde das próprias mulheres (SILLIPRANDI, 2009).

Assim esses movimentos foram se difundindo pelo mundo afora e o ecofeminismo foi se estabelecendo como corrente de pensamento e militância na década de 70, com interpretações das relações da humanidade com o meio ambiente e reivindicando que as ações humanas se deem em uma perspectiva não sexista e de respeito e valorização de todos os seres da natureza. (SILLIPRANDI, 2009)

Contudo, inúmeras críticas foram feitas ao movimento ecofeminista, principalmente pelas próprias feministas, por sua abordagem essencialista e pelo determinismo biológico infundado à figura da mulher, na defesa de que o caráter protagonista que as mulheres possuíam em relação à proteção do meio ambiente derivava de suas características biológicas, chamadas por Silliprandi (2009) de “feminilidade”, como por exemplo, a propensão ao cuidado, à afetividade, ou mesmo pelas características já citadas por Ortner (2001), como o potencial de seus corpos a serem mães e dar à luz, dentre outras.

Mas, para Vandana Shiva (2001), o ecofeminismo é uma proposta de estudo da marginalização material e simbólica das mulheres, com base na dialética do hinduísmo, em que ocorre tensão entre os pares opostos da natureza e o princípio feminino é garantidor da continuação da vida, pela combinação do natural e a vida humana.

Todavia, o modelo hegemônico de desenvolvimento provocou a ruptura dos pares e dos ideais que norteavam o princípio feminino propenso à natureza, pois o paradigma desenvolvimentista enxerga o meio ambiente como um recurso separado do sistema global e feito à disposição da humanidade (SILLIPRANDI, 2009).

Puleo (2009, p. 169) afirma: “ser ecofeminista não necessariamente é afirmar que as mulheres estão mais ligadas na natureza e à vida que os homens – não é um mecanismo automático relacionado com o sexo”, mas sim na querência de construir um novo paradigma em que as mulheres possam ter voz e espaço para poder exercer a sua autonomia e liberdade de forma plena.

E para isso, parte-se do pressuposto de que a aproximação e a correlação positiva existente entre as mulheres e a natureza passam distante do reducionismo biológico limitante de suas ações às “qualidades” extremamente deterministas que encaixam as mulheres em “caixinhas” normatizadoras e predeterminadas pelo

machismo e o patriarcado, além de gerar mais discriminações contra a pluralidade das mulheres.

O “ser mulher” é entendido, como uma identidade construída socialmente e, portanto, não está atrelada à normatização de corpos. Associar as “qualidades” de cuidado, bondade ou sensibilidade às mulheres legitima o discurso hegemônico que ordena o sistema sociocultural.

Dessa forma, construir um novo paradigma/modelo de desenvolvimento com o protagonismo das mulheres, que se dê não pelo determinismo biológico feminino, mas pelo desejo destas em construir e viver um mundo com equidade de gênero, igualdade social e com plenos direitos e liberdade. As contínuas lutas têm mostrado sua importância na construção da sustentabilidade e do resgate da agricultura familiar com base na agroecologia (BURG e LOVATO, 2007).

Capítulo 3 – “Construindo a nossa história agroecológica”

3.1 Para início de conversa

É necessário, antes de iniciar este trabalho, tornar público o cuidado que tive e ainda deverei ter por trabalhar com a temática de gênero e, mais especificadamente, com mulheres. Sei do meu local de fala, enquanto lido e identificado pela sociedade como um homem cisgênero⁶.

3.2 Caminhos da pesquisa: justificativa, materiais e métodos

Para responder as perguntas que norteiam a pesquisa e atender aos objetivos do trabalho buscamos ouvir os principais sujeitos que estão inseridos nos cenários da agroecologia e das políticas públicas no Distrito Federal, tanto a esfera pública governamental – os fazedores de políticas públicas “policy makers” - como a sociedade civil, mas precisamente as mulheres agricultoras envolvidas nos projetos e nas iniciativas de agroecologia.

A escolha de estudar o protagonismo agroecológico feminino no Distrito Federal deu-se pela ausência de estudos e trabalhos sobre essas temáticas na região, mesmo com

⁶ Pessoas cisgênero são os indivíduos que de identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento (Jesus, 2012).

o intenso avanço do movimento da agroecologia na capital federal, seja nas áreas rurais ou nas áreas urbanas, principalmente pela implantação dos Sistemas agroflorestais - SAF's pelos coletivos de manejo de hortas urbanas ou até mesmo pela visibilidade que as iniciativas agroecológicas vêm ganhando nos últimos anos.

O protagonismo das mulheres na agroecologia é conhecido em todo o Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sul, lugares que ocorrem as principais experiências conhecidas de agroecologia e que a literatura relata como um novo modo de viver em harmonia com a natureza. As experiências de protagonismo das mulheres da Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte, ou a luta das mulheres no Assentamento Mulunguzinho na Paraíba, são exemplos que demonstram a força desses grupos no movimento agroecológico no Brasil.

Neste trabalho focamos nas expressões do movimento agroecológico no Distrito Federal, mesmo que recente vem ganhando destaque e força na região, assim como surge movimentos de luta liderados por mulheres agroecológicas que buscam construir novas experiências ao redor de temas como equidade de gênero, soberania e segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade, entre outros com conjunto com a ciência agroecológica.

Para a coleta de dados de campo foram utilizadas duas técnicas: a observação direta em campo e as entrevistas semiestruturadas com agricultoras familiares e com o gestor público da EMATER/DF.

A pesquisa de campo se iniciou com o convite feito pelas próprias agricultoras familiares membras da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (APROSPERA) para acompanharmos um mutirão⁷ de manejo agroecológico em uma das propriedades das agricultoras entrevistadas.

Em campo, no emprego da técnica de observação direta seguimos as observações de Boni e Quaresma (2005) quando afirmam que: “a observação obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade” e o “pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle” (BONI E QUARESMA, 2005, p.71).

⁷ Segundo a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998), a definição de mutirão é um “sistema cooperativo alternativo em que os próprios participantes são os trabalhadores e os beneficiários do produto final”.

Já as entrevistas semiestruturadas foram feitas com os dois grupos distintos de atores sociais: quatro agricultoras agroecológicas na Chácara Divina Luz, localizada no Núcleo Rural do Pípiripau no dia 20/11/2015, membras da APROSPERA (Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu), criada em 2016 e que tem por objetivo o trabalho conjunto na produção e comercialização de hortaliças e frutas no sistema agroecológico, o apoio mútuo e o crescimento coletivo. E a outra parte da entrevista foi feita com o gestor público e coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF, dado a sua importância na coordenação do órgão, assim como o único gestor público que possuía disponibilidade e demonstrou interesse em participar da entrevista e do estudo.

3.3 Para além dos mutirões agroecológicos das mulheres do Pípiripau

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o apoio de um roteiro de questões que possibilitaram orientar as conversas e dar maior profundidade sobre os temas abordados. Cabe ainda destacar como um ponto positivo da pesquisa em se utilizar tal técnica, é a permissão que esta traz quanto à interação entre o entrevistador e os atores entrevistados favorecendo respostas espontâneas, o que gera qualidade nas informações e nos dados coletados. Contudo, é importante ressaltar o receio que surgiu inicialmente nas agricultoras em responder prontamente as perguntas, por inibição ou timidez, mas após o primeiro contato, todo o processo de entrevista fluiu naturalmente.

Nesse sentido as perguntas que nortearam a pesquisa foram: a) as políticas públicas existentes são capazes de incentivar o protagonismo das mulheres na agroecologia no Distrito Federal? E, b) tanto as políticas públicas como a agroecologia geram ou geraram mudanças nas condições de vida dessas mulheres? Nos próximos itens tentaremos responder estas questões.

As primeiras entrevistas foram realizadas com quatro agricultoras agroecológicas que possuem residência no Núcleo Rural do Pípiripau dentro da Região Administrativa de Planaltina no Distrito Federal (Ver mapa na figura 1).

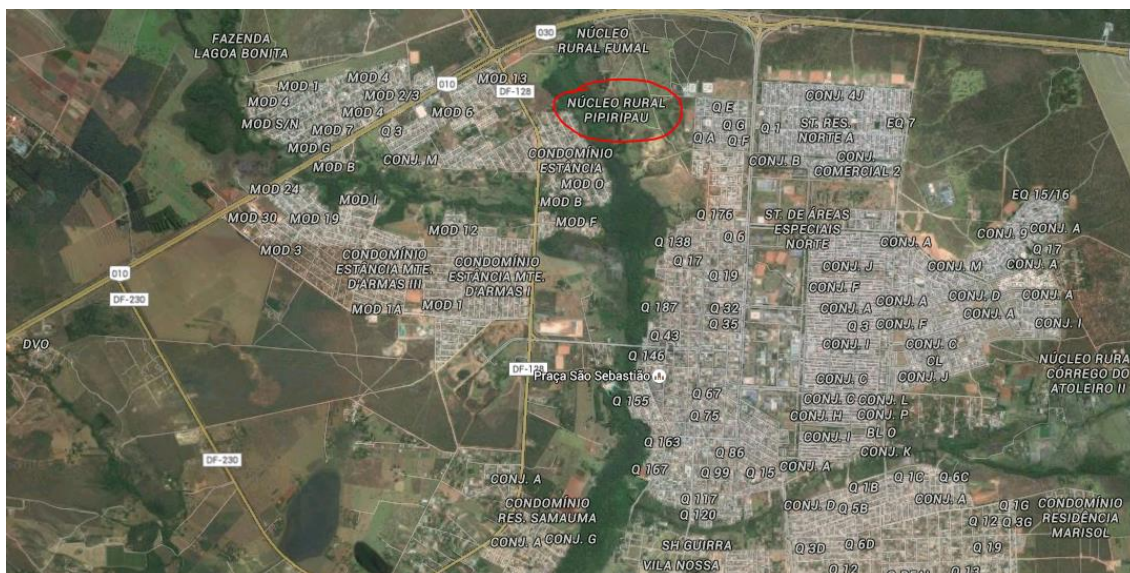


Figura 1 - Mapa do Núcleo Rural do Pípiripau – DF. Fonte: Google Maps, 2016.

A região comporta vários assentamentos⁸ da reforma agrária, como também inúmeras propriedades rurais, desde os grandes latifúndios até pequenas propriedades da agricultura familiar. Vale a pena ressaltar que o núcleo rural em estudo tem predominantemente a presença de latifúndios destinados à prática da agricultura convencional de larga escala e à monocultura, principalmente de soja, e possui destaque no cenário da economia agrícola do Distrito Federal.

Conseqüentemente, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, na safra 2015/2016, o Distrito Federal é a unidade da Federação que mais espera aumento de produtividade⁹, com um aumento de 7,7% em relação à temporada anterior (2013/2014), de 81,7 milhões de toneladas. Como também é o principal polo agrícola de soja do País, tendo a produção da cultura¹⁰ destaque nessa porcentagem, são 70 mil hectares plantados e nos últimos 35 anos, a produção triplicou e o grão passou a ser o mais importante produto agrícola local.

No caso em estudo da região, as agricultoras agroecológicas e suas famílias sentem que suas propriedades são como “ilhas de agroecologia” em meio ao mar de

⁸ Atualmente, de acordo com informações do INCRA, na região de Planaltina existem 5 assentamentos da reforma agrária, dentre eles o PA Rio Maranhão com 31 famílias assentadas. Disponível em: Painel dos Assentamentos – INCRA: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> acesso em 13/03/2016.

⁹ Ver em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/centro-oeste-produz-42-da-safra-de-graos-e-e-o-principal-polo-agricola-do-pais> acesso em: 05/10/2015.

¹⁰ Ver em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/31/interna_cidadesdf,515923/plantio-da-soja-triplica-em-35-anos-e-hoje-e-principal-safra-ao-redor.shtml acesso em: 31/01/2016.

veneno que recobre a região. Percebe-se, a luta constante pela implementação e fortalecimento da agroecologia em suas propriedades como um ato de resistência ao monocultivo, ao monopólio da terra e na defesa do meio ambiente, por uma vida melhor e mais saudável.

As entrevistas ocorreram durante um mutirão de manejo agroecológico que ocorreu na Chácara Divina Luz, de propriedade de umas das entrevistadas. A propriedade é participante do Projeto “Produtor de Águas” da ADASA/ANA, um programa implantado na região em 2008 para amenizar os vários conflitos acometidos pelo uso irracional da água na Bacia do Ribeirão Pípiripau que estavam acontecendo, como a disponibilidade de água menor que a demanda, o uso intensivo para irrigações nas culturas agrícolas, entre outros.

Dessa forma o programa visava preservar e conservar nascentes e mananciais por meio da recuperação das matas nativas. A propriedade citada, na qual aconteceu o mutirão já possui mais de oito hectares de mata nativa reflorestada e que devem ser ampliados ainda mais no marco da política de pagamento por serviços ambientais (PSA).

O mutirão acompanhado para a observação e entrevistas faz parte dos mutirões que ocorrem semanalmente em forma de rodízio nas terras dos moradores da região que praticam a agroecologia e que fazem parte da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu – APROSPERA.

Salientamos o quanto os mutirões são, sobretudo, mecanismos que as agricultoras e agricultores utilizam para fortalecer os laços entre os membros da comunidade, e tem como principal característica a troca de dias de trabalho e saberes, sendo isso bem marcante nos mutirões ocorridos no Pípiripau, como na figura 2 abaixo ilustrando a diversidade de atividades realizadas no manejo:



Figura 2 - Agricultoras e agricultores da APROSPERA no mutirão agroecológico na Chácara Divina Luz. Fonte: própria, 2015.

Os mutirões são como observado durante a pesquisa de campo, canais excelentes de comunicação e troca entre as agricultoras e os agricultores, como ilustra a foto figura 3 a seguir, marcados por intensas conversas e trocas de informação e saber sobre a terra, o plantio, dentre outros temas de interesse da comunidade.



Figura 3 - Mutirão agroecológico na horta da Chácara Divina Luz. Fonte: própria, 2015.

Os mutirões da APROSPERA são realizados de forma espontânea e participativa propiciando a interação social e uma divisão sexual do trabalho igualitária, as tarefas não sofrem divisão segundo o gênero dos indivíduos envolvidos, pois todas as famílias trabalham, plantam seguindo os princípios da agroecologia, que preza pela igualdade de gênero e reconhece a importância do papel da mulher no trabalho rural.

Durante estes mutirões as mulheres trabalham, como já foi dito, nas mesmas atividades que os homens e o tanto quanto, o trabalho manual da lavoura, o roçado, é realizado por ambos os gêneros, portanto o estereótipo de “sexo frágil” não existe na realidade das agricultoras do mutirão e nem dentro da APROSPERA.

Pinho (2008, p. 4) salienta “a importância dos mutirões para a agricultura familiar, pois se destina a atenuar os efeitos industriais que a economia latifundiária imprime a vida rural” em contraposição à agricultura de grande escala que predomina na região. Nessa linha de pensamento e com base no observado em campo observamos a importância que esses mutirões agroecológicos e a força de trabalho dessas mulheres têm, pois através de suas lutas e insistência foi possível a consolidação e a construção da associação/cooperativa APROSPERA em 2016.

A APROSPERA é um canal para a comercialização e o escoamento da produção agroecológica excedente, na maioria das vezes é o grande entrave às agricultoras familiares e agroecológicas, assim como o desenvolvimento de uma agroindústria para a obtenção de recursos que fortalece a cooperativa e o estímulo à multiplicação da agroecologia entre as famílias da região.

Além disso, outra iniciativa protagonizada pelas mulheres agroecológicas do Pipiripau dentro da APROSPERA é a criação de um banco de sementes crioulas, que nas palavras de uma das agricultoras entrevistadas: “Ele será nosso movimento de resistência” (produtora rural e artesã).

Entende-se este como um ato de resistência contra a agricultura moderna da Revolução Verde que oferece sementes transgênicas e que ganha cada vez mais espaço, principalmente naquela região. O Banco de Sementes Crioulas potencializará o movimento em prol da segurança alimentar e nutricional das famílias e da região, além de ser uma forma de empoderar e gerar autonomia das mulheres quanto a dependência aos frutos da agricultura convencional predatória ao meio ambiente.

3.4 As políticas públicas de incentivo à agroecologia/agricultura familiar e ao protagonismo feminino no movimento agroecológico

As políticas públicas, hoje existentes são incentivadoras e/ou promotoras da agroecologia e dão suporte ao protagonismo das mulheres no movimento agroecológico

no Distrito Federal? Para melhor responder esta questão recorreremos à construção de linhas do tempo, como também um dos objetivos do trabalho, e marcar temporalmente os eventos, programas e políticas públicas nacionais que incentivaram a implementação, implantação e continuidade de ações que encontram na agroecologia e no protagonismo feminino no Brasil sua maior expressão, com especial atenção ao cenário do Distrito Federal.

As linhas do tempo foram construídas com base nos relatos obtidos durante as entrevistas com as agricultoras e com o gestor público da EMATER/DF, e também com os dados encontrados nos portais de internet dos Ministérios do Governo Federal, do GDF, da literatura e ainda pelos dados técnicos fornecidos durante a entrevista com o gestor.

Logo, em seguida no próximo subcapítulo, apresentaremos os resultados da construção das linhas do tempo, assim como uma pequena revisão bibliográfica explicativa para contextualizar a origem das políticas públicas e dos programas conjuntamente com os contextos históricos e sócio-políticos envolvidos em suas resoluções e como parte explicativo-descritiva das linhas do tempo construídas, visto também que muitos dos acontecimentos, políticas, entre outros não se encontram nas linhas do tempo e são de fundamental relevância para o entendimento do desenvolvimento das políticas agrícolas sustentáveis brasileiras.

3.4.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, Agroecologia e Mulheres no Brasil.

Desde os primórdios da humanidade, a agricultura foi uma das atividades do ser humano que mais o aproximou da natureza e os impactos dessa relação se apresentaram no tempo e no espaço em diferentes intensidades de impacto ao meio ambiente (BRASIL, 2013).

Na 1ª Revolução Agrícola no século XVI, a lavoura e a pecuária foram integradas, buscando maior produtividade e uma maior disponibilidade alimentar (BRASIL, 2013), e isso deu base técnica e científica para surgir no século XX a agricultura biodinâmica, a orgânica e a biológica, todas principiadas na agroecologia.

Entretanto com o advento do capitalismo e seu modelo desenvolvimentista com base no lucro e no aumento de produtividade a qualquer custo, a intensiva de insumos químicos ganhou notoriedade e virou o sinônimo de maior produtividade e rentabilidade, dando início à 2ª Revolução Agrícola mundial, marcada pela dependência da agricultura pela indústria e seus insumos (BRASIL, 2013), assim desencadeando o início da problemática socioambiental nos mais diversos países.

Ao longo da 2ª Revolução Agrícola foi sendo difundido pelo mundo, por meio dos países pioneiros nas tecnologias agrícolas, Inglaterra e Estados Unidos, a monocultura e o uso de fertilizantes químicos, esta comumente chamada de Revolução Verde. A dinâmica do espaço rural de vários países foi modificada, ganhando ares de uma agricultura moderna e ganhando outras feições quanto à prática da agricultura.

Entretanto, na contramão do cenário mundial e em resposta à intensa modernização agrícola, o Brasil e outros países da América Latina com o apoio do Banco Mundial, desde os anos 70, já vinham a desenvolver e implementar alguns programas de desenvolvimento e políticas públicas nas áreas rurais na busca de gerar inclusão social com a valorização das figuras camponesas e promover um manejo adequado dos solos e das águas com base em uma agricultura sustentável (BRASIL, 2013).

A partir dessa busca de uma agricultura sustentável, surgiram novas leis de regulamentação do uso de agrotóxicos e os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA's) deram total apoio na luta contra o avanço da Revolução Verde no Brasil, como também as ONG's ambientalistas que firmaram os princípios da agroecologia (BRASIL, 2013) em suas lutas.

Em continuidade ao projeto de desenvolver uma agricultura mais sustentável com base agroecológica, surgiu no final dos anos 90 a Rede Ecovida de Agroecologia e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), ambos os movimentos com papel intrínseco na defesa do meio ambiente, da saúde humana, de uma segurança alimentar e nutricional e de um equilíbrio social e econômico. Apresentamos abaixo a figura 4 que mostra linha do tempo referente ao surgimento das políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia, logo após o surgimento da Ecovida e da ASA, no período de 1996 a 2015, com explicações logo a seguir.

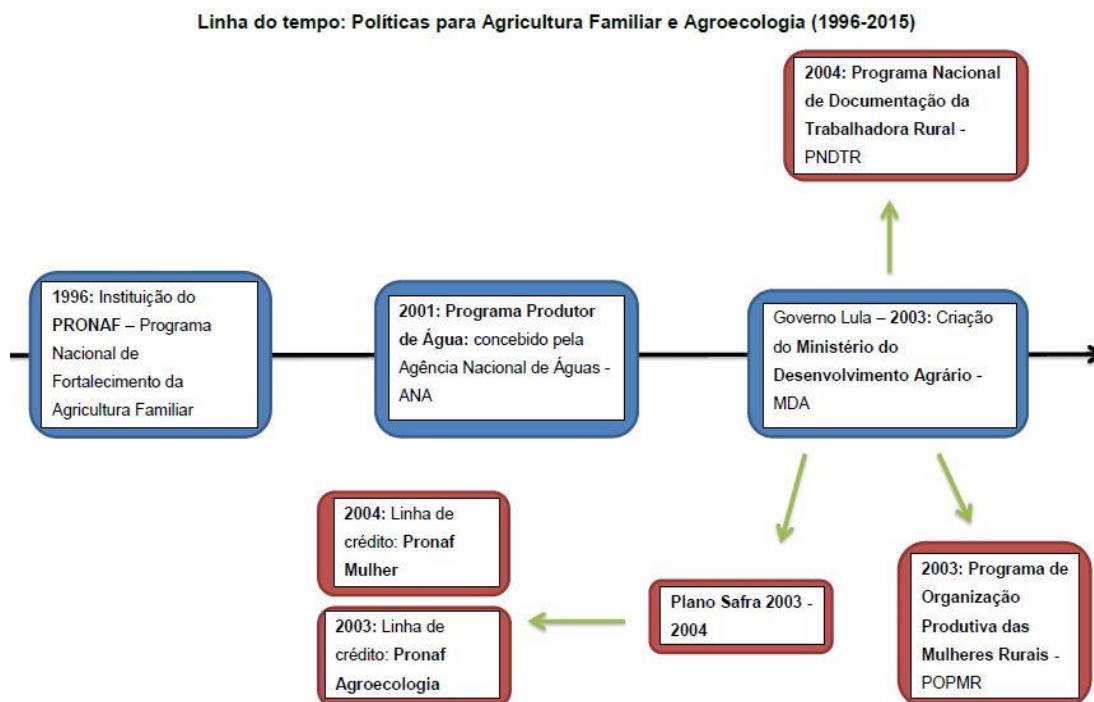


Figura 4 - 1ª Linha do tempo: Políticas para a agricultura familiar, agroecologia e mulheres. Fonte: elaboração própria.

Ainda nos anos 90, mais precisamente em 1996 foi lançado no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda às agricultoras e agricultores familiares, e aos assentados da reforma agrária. O programa vem apresentando um crescimento ao longo dos anos, tanto em valores de recursos, como de titulares, visto a sua importância no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, que dá base para o plano de potencializar uma política agrícola sustentável no Brasil.

Em 1999/2000 o Pronaf abrangia 3.403 municípios, e de acordo com o último levantamento feito pelo MDA, em 2007/2008 foram atendidos 5.379 municípios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO). Devido à intensa procura pelo financiamento dessas linhas de crédito temáticas e também pelo surgimento da discussão no governo, nos anos de 2003/2004 respectivamente foram lançadas no Plano Safra 2003/2004, duas linhas de crédito especiais, o Pronaf Agroecologia e o Pronaf Mulher:

- Pronaf Agroecologia: foi incluído como linha de crédito em 2003 e visa investimentos dos sistemas de produtos agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à

implantação e manutenção do empreendimento. O crédito destina-se a pessoas físicas que estejam enquadradas como agricultoras familiares no programa (BRASIL, 2013).

- Pronaf Mulher: instituída como linha de crédito em 2004, destina-se a mulheres agricultoras que fazem parte das famílias envolvidas na produção agrícola e que se enquadram no Pronaf. Seu objetivo é auxiliar as mulheres agricultoras a conquistarem a independência através da produção rural. Nos sete primeiros meses da Safra 2014/15, as mulheres receberam ao total 2,4 bilhões em mais de 340 mil contratos (BRASIL, 2013). (Ver dados na figura 5).



Figura 5 - Crédito para mulheres Fonte: BRASIL, 2014, p.19.

A implementação dessas duas linhas de crédito ao programa corrobora o caminho traçado desde os anos 70 do governo brasileiro em incentivar a sustentabilidade nas práticas da agricultura e também as políticas do estudo: agricultura familiar, agroecologia e o protagonismo feminino, principalmente a linha Pronaf Mulher, o início ao reconhecimento ao papel protagonista das mulheres na gestão sustentável dos recursos agrícolas.

Já nos anos 2000, surge umas das principais instituições de integração da agroecologia no país, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sendo mais uma fonte da promoção da agroecologia no país (BRASIL, 2013). Logo após, nos anos 2001, a Agência Nacional de Águas, lança o Programa Produtor de Águas, que de fato, intensificou a prática agroecológica no Brasil voltada à proteção hídrica. Com essa missão o Programa objetivou apoiar, orientar e certificar os projetos que reduzem a erosão e o assoreamento de mananciais no meio rural, gerando uma melhoria na qualidade, ampliação e regularização da oferta de água.

Apesar de existir inúmeros eventos importantes no desenvolvimento da agroecologia no Brasil, demos destaque em nossa linha do tempo à instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, que tem por objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da reforma agrária, com total foco na agricultura familiar e na agroecologia.

Além de responder às demandas sociais e dos movimentos sociais por políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural sustentável com enfoque na agricultura familiar, hoje o MDA se consolida como principal órgão propulsor da agroecologia no Brasil, com diversos programas e projetos de incentivo ao movimento agroecológico, como também às mulheres rurais, reconhecendo seu papel protagonista na área.

Logo em seguida, mostramos na figura 6, o caminho que seguem as políticas públicas desenvolvidas pelo MDA: desde a garantia de direitos básicos, como cidadania e participação na sociedade civil, a inclusão produtiva com a inserção feminina na economia rural até por fim a promoção da autonomia das mulheres rurais, pois são estas as principais responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento da agricultura familiar, das práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, que garantem qualidade de vida na família e na sociedade, além de um manejo ambiental adequado nas unidades de produção familiar, fomentando o desenvolvimento rural agrícola sustentável, e, portanto merecem reconhecimento de seu protagonismo na esfera pública, visto a também a importância da representatividade na política dessas sujeitas que são mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas (BRASIL, 2015).

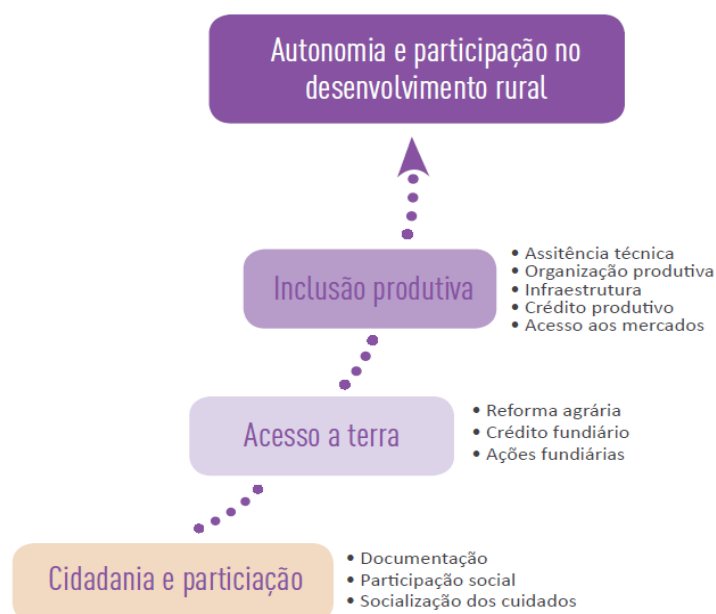


Figura 6 - Rota das políticas públicas para a promoção de autonomia das mulheres rurais.

O MDA, além de ser o principal órgão governamental promovedor das temáticas na agricultura sustentável ainda possui dentro de sua estrutura organizacional a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) que busca incluir as mulheres nas políticas públicas e como titulares de direitos diretos de seus programas, firmando cada vez mais o compromisso em reconhecer o papel protagonista das mulheres rurais em um novo modelo agrícola, por todo o cenário de estigmas e preconceitos de gênero que ainda vivem a mulher do campo.

A diretoria tem como objetivos: i) articular e elaborar ações transversais que levem em conta os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais; ii) implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de promoção de igualdade de gênero no âmbito do Ministério; e iii) articular ações interinstitucionais necessárias para a implementação de políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais, entre outros.

Logo após as conquistas de direitos garantidos como o crédito junto ao PRONAF, ações e programas do MDA e outros segmentos de promoção da agricultura familiar e agroecológica no Brasil, muitas agricultoras familiares ainda esbarravam no entrave quanto ao escoamento/comercialização de sua produção excedente, gerando inúmeras perdas e prejuízos de seu trabalho. Para facilitar e incentivar ainda mais a agricultura familiar e a agroecologia, o Governo Federal lançou seguidamente, no mesmo ano de instituição do MDA, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em

2003, que focará seus esforços na criação de mecanismos de comercialização e compras governamentais que favoreçam a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações pelos consumidores, que em geral são órgãos da esfera pública do governo.

A participação das mulheres é considerada como prioridade na seleção e execução do programa, pois em sua Resolução 44/2011 assegura-se que, no mínimo, 5% da dotação orçamentária do PAA sejam para as organizações de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres em sua composição, visto a presença maciça destas na agricultura familiar e na busca de empoderamento e espaço junto à economia rural, que por anos invisibilizou suas ações na agricultura. (Ver figura 7 abaixo).

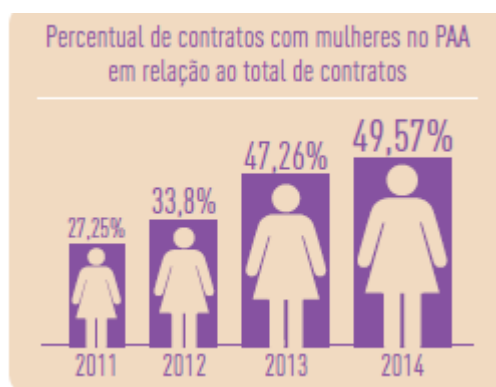


Figura 7 - Percentual de contratos com mulheres no PAA em relação ao total de contratos. Fonte: PAA DATA (jan/2015) / Obs: Dados PAA CONAB - MDA e MDS

Logo, no mesmo ano, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ampliou os direitos das mulheres à terra e assegurou-lhe o direito de ter o nome como titular das propriedades, seguindo a rota do MDA na geração de autonomia e participação das mulheres no desenvolvimento rural, com base sustentável e agroecológica.

Em conjunto com esse ganho, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), também do MDA, promoveu o reconhecimento das mulheres do campo como sujeitas sociais na economia rural e ampliou seu acesso aos serviços dirigidos à produção econômica, com os instrumentos necessários para que as agricultoras possam cultivar e comercializar sua produção dentro dos princípios da

agroecologia e da economia feminista¹¹, além de fortalecer as trocas de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e comercialização. (Ver figura 8).

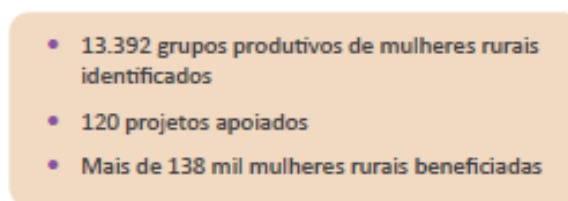


Figura 8 - Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais Fonte: BRASIL, 2015, p.15.

Com a titularidade da terra, autonomia, participação na vida e na economia rural, o avanço das mulheres foi firmando-se, como um "motor" da economia rural, resignificando a divisão sexual do trabalho que cristalizava o papel da mulher no âmbito privado e agora a transportando para o âmbito do mundo público.

Ainda nessa linha de desenvolvimento como forma de reforçar o novo papel social da mulher, o MDA, lançou em 2004, o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), com o objetivo de assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas que por vezes estas não possuíam e geravam entraves quanto ao acesso a outras políticas públicas, como o PRONAF. Dessa forma, com o programa elas tiveram acesso, gratuitamente, aos documentos civis, trabalhistas que lhes garantem os direitos sociais, entre eles: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho, inscrição para Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Hoje mais de 1,3 milhões de mulheres já foram atendidas pelo PNDTR (BRASIL, 2014).

Em busca de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente, em continuidade com o primeiro Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi instituída de fato, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e junto com ela, foi construído em 2004, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM),

¹¹ Na contramão da economia neoclássica, a que se estuda nos cursos de Economia, a economia feminista faz uma crítica a esse paradigma dominante de economia, a fim de tornar visíveis as contribuições das mulheres à economia de forma mais ampla, o mercado informal, o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho na família (NOBRE, 2002).

a fim de reafirmar o comprometimento do Governo Federal, e dos demais entes governamentais, com a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas.

A estrutura do I PNPM girava em torno de quatro áreas estratégicas: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres. Dentro da área de autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, destaca-se a meta e diretriz referente ao atendimento do maior número de mulheres pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A partir disso, o desejo de construir outro cenário no meio rural em prol da agroecologia e das mulheres com a ATER é explicada por Fernandes et al.:

“No mesmo ano a política de ATER se renova a partir da reformulação de arranjos institucionais que resultam na formulação de uma política que traz no seu bojo a estruturação de outra visão de desenvolvimento rural, que envolve outros públicos, até então excluídos e amplia a oferta de serviços a estes. Alguns eixos estruturantes da política são expressos claramente no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária- PRONATER. Desses destacam-se a introdução de uma matriz agroecológica com suporte em metodologias participativas que asseguram um novo fundamento no modo de fazer a assistência técnica no campo” (FERNANDES; SANTOS E NASCIMENTO, 2013, p. 2).

Seguidamente no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2008 foi lançado o II PNPM que incorporou um conjunto de perspectivas e ações socioambientais em conjunto com prerrogativas feministas que vinham sendo propostas desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, da qual o governo brasileiro e os movimentos feministas e de mulheres participaram ativamente (BRASIL, 2008).

Em sua elaboração o II PNPM reconheceu e firmou como um dos eixos prioritários de intervenção pública na área de promoção da igualdade de gênero, a questão do desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero e a consequente ampliação da justiça ambiental (II PNPM, 2009).

Desta forma, foram abordados dois capítulos referentes às temáticas deste trabalho: - capítulo 6: desenvolvimento sustentável no meio rural, urbano e na floresta com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; - capítulo 7: direito a terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais. (II PNPM, 2009). Segue na figura 9, o desenho da última

parte da linha do tempo das políticas públicas para agricultura familiar e agroecologia implementadas à nível nacional.

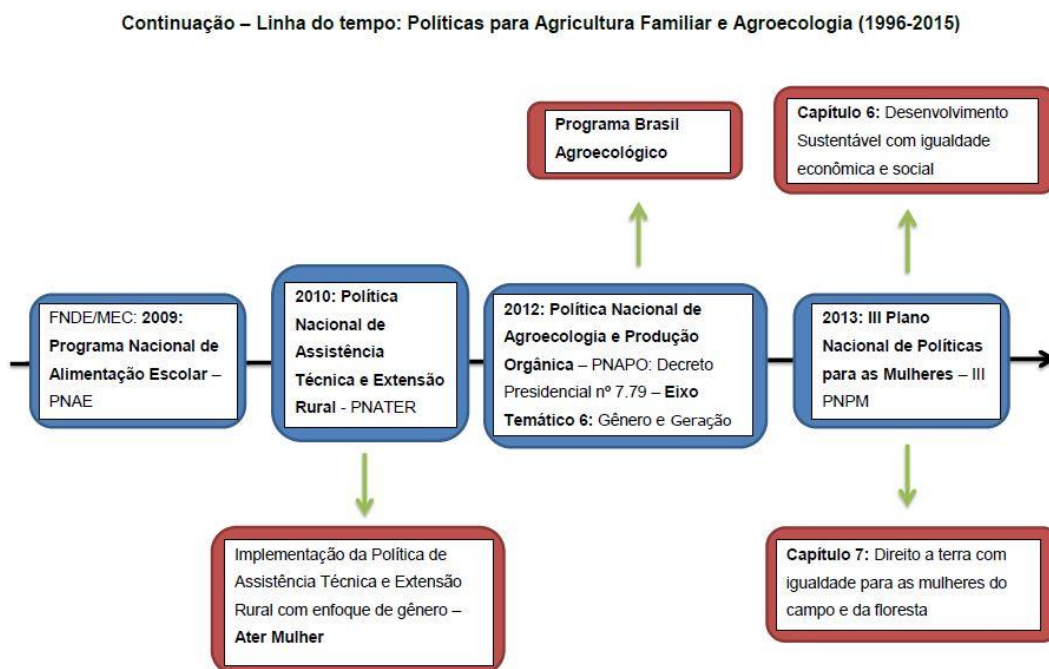


Figura 9 - 2ª Linha do tempo: Políticas para a agricultura familiar, agroecologia e mulheres. Fonte: elaboração própria.

Seguindo a última linha do tempo, temos em continuidade, o avanço do Programa Fome Zero e em consonância com as diretrizes do II PNPM foi lançado em 2009, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que compõe a política para o ambiente escolar do Governo Federal, que por desta o Estado visou garantir uma alimentação saudável e adequada para as/os estudantes das escolas da rede de ensino público do país.

O PNAE propõe-se a oferecer às crianças e adolescentes uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais no período em que permanecerem na escola e prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar, que em geral, são de origem orgânica ou de base agroecológica (BRASIL, 2013). Assim como o PAA, o PNAE é um programa que contribuiu para a mulher rural se inserir na economia rural, democratizar e ampliar o acesso das agricultoras familiares ao desenvolvimento rural, transpondo as barreiras da comercialização que por vezes impede a garantia de autonomia e empoderamento feminino no meio rural.

No ano seguinte à implementação do PNAE e no caminho de fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia foi instituída, pela lei 12.188 de 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER), com o principal objetivo dos serviços de ATER melhorarem a renda e qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de acesso a recursos, serviços de renda de forma sustentável.

O Programa de ATER do Governo Federal, liderado pelo MDA, exerce um papel fundamental em prol do protagonismo das mulheres no meio rural, através do ATER Mulher, pois suas ações de formação e orientação técnica contribuem para o desenvolvimento da produção das mulheres rurais, levando em conta o papel histórico destas na produção de alimentos saudáveis, no cuidado dos pequenos animais, na preservação das sementes crioulas e do saber popular (BRASIL, 2014).

Essa conquista feminina no campo é marcada por alterações significativas num padrão histórico de atuação que contribuía para a reprodução das condições de subordinação das mulheres rurais. Mas, apesar de ser constatada uma evolução nos parâmetros que orientam as políticas de ATER, é importante ressaltar que ainda persistem algumas lacunas conceituais e na metodologia do programa a serem superadas para que um tratamento transversal de gênero possa ser garantido nos programas e projetos de ATER (WEITZMAN, 2011). Além disso, a mesma autora ainda resalta alguns dos entraves que ainda são enfrentados pelas mulheres quanto a ATER:

“Outro problema se refere à visão que se tem das mulheres enquanto apenas beneficiárias e integrantes do “núcleo familiar”. Ainda há vestígios da noção idealizada da família enquanto “unidade produtiva”, o que pressupõe que se o homem esteja participando das atividades propostas pelos projetos, a mulher e os filhos também têm seus interesses garantidos. A apresentação da “família” como sujeito das intervenções ainda contribui para o alijamento das mulheres das discussões e decisões relativas à economia e à produção agrícola” (Weitzman, 2011, p. 109).

Por isso, é importante assumir a intenção em atenuar as desigualdades entre gêneros em qualquer política, é imprescindível começar com a problematização da divisão sexual do trabalho, e enfrentar as desigualdades de forma efetiva e estratégica, nos moldes de um desenvolvimento rural sustentável mais justo (WEITZMAN, 2011). E hoje a linha especial de atendimento à mulher de ATER, com as reformulações e diretrizes da PNATER, é um instrumento que fortalece a organização econômica

produtiva das mulheres, promove a agroecologia e a produção de base ecológica, garantindo o protagonismo das mulheres na economia rural. (Ver dados na figura 10).

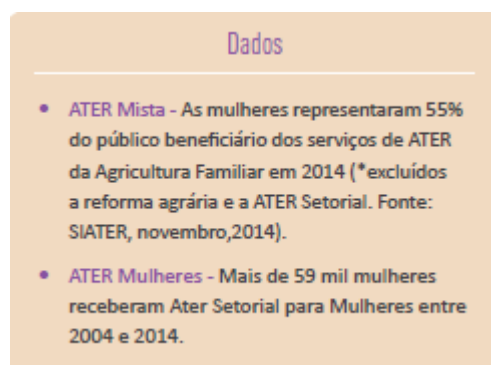


Figura 10 - ATER Mulheres. Fonte: BRASIL, 2014, p. 17.

Contudo, ao mesmo tempo em que os ganhos quanto às políticas públicas foram enormes e significativos para o desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar e agroecológica, entretanto, o cenário em que se consolidou o Brasil demonstra que ainda perdura massivamente a agricultura convencional, visto que a população brasileira lidera o consumo mundial de agrotóxicos com 5,2 kg/ano de veneno por habitante¹². Por isso, foi articulado um plano de ação com a finalidade de promover, fortalecer e nutrir melhor a produção orgânica e agroecológica no país. Em resposta essa demanda foi instituída, no ano de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) criada pelo Decreto Presidencial nº 7.794/2012, que tem por objetivo:

“integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012) e por diretriz estipulada no artigo 3º, inciso VII a: “contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres” (BRASIL, DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012).

O Plano Brasil Agroecológico, que se encontra dentro da PNAPO, cunha o conceito de produção orgânica e de base agroecológica, consolidando e dando destaque para as 18 iniciativas exclusivas para as mulheres, estando 16 sob a responsabilidade do MDA (BRASIL, 2014), firmando mais uma vez o aparato estatal positivo que o

¹² Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/07/brasil-e-lider-mundial-em-consumo-de-agrotoxicos> Acesso em: 10/05/2016

Ministério desenvolve na promoção de um novo desenvolvimento rural agrícola sustentável.

Por fim, foi na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) realizada em 2011 que culminou na construção do III PNPM, lançado em 2013, com ainda mais inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo.

Seguidamente e fechando a linha do tempo, o III PNPM também contemplou dois capítulos referentes à inclusão das mulheres em políticas para um desenvolvimento sustentável e o direito à terra: - capítulo 6: Desenvolvimento Sustentável com igualdade econômica e social, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres a fim de democratizar o acesso os bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos, com destaque para o objetivo em visa estimular o crescimento da participação das mulheres nas atividades relacionadas à transição agroecológica. – capítulo 7: Direito à terra com igualdade para as mulheres no campo e da floresta, que trata das políticas públicas e ações voltadas para os instrumentos que viabilizem a produção das mulheres, constituindo-se em condições básicas para a conquista, o fortalecimento e a consolidação da sua autonomia econômica (BRASIL, 2013).

No mesmo ano em que foi lançado o III Plano (2013), é importante destacar a conquista da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em completar dez anos de existência, visto seu papel impar na construção de uma nova sociedade com contribuições efetivas para a consolidação das políticas públicas de gênero, incluindo a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas, demonstrando o protagonismo das mulheres na construção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática (BRASIL, 2013).

3.4.2 Distrito Federal e as políticas de incentivo à agricultura familiar, agroecologia e ao protagonismo feminino

Ao longo do capítulo apresentamos as linhas do tempo construídas com informações das políticas públicas implementadas do Governo Federal que incentivavam à agricultura familiar e agroecologia e o protagonismo feminino. Contudo, na figura 11 a seguir apresentamos a linha do tempo das políticas implementadas no DF.

Continuação – Linha do tempo: Políticas para Agricultura Familiar e Agroecologia (2008-2015)

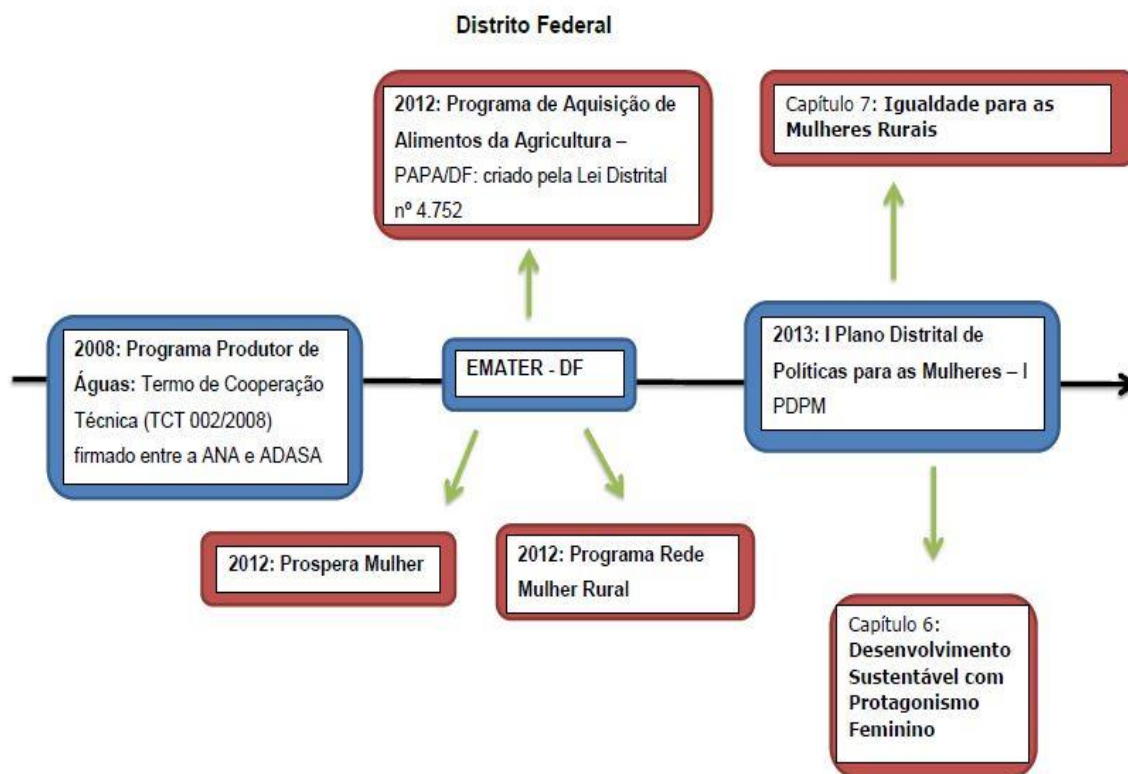


Figura 11 - 3ª Linha do tempo: Políticas para agricultura familiar, agroecologia e mulheres. Fonte: elaboração própria.

Nesta parte do trabalho estaremos dando ênfase ao cenário agroecológico do Distrito Federal. Para tanto usaremos, em princípio, a fala do gestor público e coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF entrevistado para este trabalho que fez um relato rico e vasto sobre o histórico e desenvolvimento da agroecologia no DF e as respectivas políticas desenvolvidas na temática, compondo assim a linha do tempo com as principais políticas de incentivo à agricultura familiar, agroecologia e protagonismo das mulheres no DF.

Segundo ele, a agroecologia é crescente na região e nasceu muito antes do que a população acredita, assim como o protagonismo feminino na área:

“Diferente do que a população pensa, o Programa Produtor de Águas é recente no DF e não foi o “carro-chefe” da agroecologia aqui, muitos pensam isso, por isso, eu digo que não foi ele quem introduziu a agroecologia no Distrito Federal, o caminho é bem longo e antigo”. (Coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF, entrevista concedida em 19/02/2016).

A agroecologia iniciou-se no Distrito Federal nos anos 80, com ações pontuais da EMATER em busca de conservar o solo por meio das ferramentas e incentivos da chamada agricultura alternativa.

Logo em 1989, a Associação de Agricultura Ecológica composta por agrônomas, agrônomos e cooperativistas deram o pontapé inicial para, de fato, iniciar o movimento agroecológico no Distrito Federal, difundindo-o por toda a região e Entorno através de ações restritas junto à EMATER/DF.

Contudo foi nos anos 90, com o Seminário de Agricultura Alternativa, realizado pela Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, que o tema se expandiu e permitiu ao Governo do Distrito Federal idealizar e instituir o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural/DF-RIDE), com incentivos à produção agropecuária e orgânica na capital.

Mas foi nos anos 2000 com a realização do 1º Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno que o desenvolvimento da agroecologia no Distrito Federal ganhou amplitude e articulou a integração do campo agroecológico a partir de demonstrações claras da crescente influência das práticas agroecológicas no meio rural do DF e entorno:

“Nosso primeiro lema era: *“Agroecologia, conservando a biodiversidade para o desenvolvimento sustentável”* e tínhamos como objetivo desenvolver ações locais no campo agroecológico para possibilitar o conhecimento de experiências externas e nos servissem de referências metodológicas e científicas”. (Coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF, entrevista concedida em 19/02/2016).

No mesmo ano em que foi realizado o 1º Seminário de Agroecologia do DF, a Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) firmou com a Agência Nacional de Águas (ANA) um Termo de Cooperação e colocou em vigor o Programa Produtor de Águas no Distrito Federal na região da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, um dos principais cursos d’água que abastecem as cidades de Planaltina e Sobradinho, além de ser uma área de intensa atividade agropecuária, conseqüentemente diagnosticada com inúmeros problemas ambientais, desde assoreamento de mananciais ao uso indiscriminado de agrotóxicos e as poluições derivadas.

O programa prevê para produtoras e produtores rurais que praticam a conservação de solos e águas, o pagamento de incentivos as produtoras e produtores rurais que, comprovadamente contribuem para a proteção e recuperação de mananciais, gerando benefícios para a bacia, para a população e para o desenvolvimento da agroecologia, visto que muitos das produtoras e produtores rurais passaram a aderir o sistema de base agroecológica em suas propriedades e produção agrícola, visando o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (ADASA).

Com isso, o campo da agroecologia foi se consolidando cada vez mais no Distrito Federal e os Seminários projetaram sua difusão. Em resposta a expansão na região, a Cooperativa do Mercado Orgânico na Ceasa/DF foi instaurada e deu visibilidade à comercialização de produtos exclusivamente orgânicos e agroecológicos, uma iniciativa conduzida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SEAGRI) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/DF), dentro do programa de incentivo ao desenvolvimento da produção orgânica e contou com o envolvimento e dedicação de produtoras e produtores rurais do DF e Entorno, que se organizaram, criando a Associação dos Participantes do Mercado de Produtos Orgânicos de Brasília.

Quando foi instituído o “Pró-Rural” nos anos 90, a agroecologia era vista como uma coisa “distante” e não importante dentro da política agrícola do DF, mas na visão do gestor entrevistado:

“Hoje é impossível pensar uma política agrícola sem a agroecologia. No Distrito Federal, há oito anos a agroecologia é incluída nos planos do governo”. (Coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF, entrevista concedida em 19/02/2016).

O Governo do Distrito Federal tem tentado incluir cada vez mais a temática da agricultura familiar e da agroecologia em suas políticas públicas agrícolas, como por exemplo, a aplicação do PAA e do PNAE, e a criação do PAPA-DF, que são programas crescentes e hoje são fundamentais para incentivar a agroecologia e um caminho para gerar autonomia e empoderamento à mulher rural, superando o desafio do escoamento/comercialização da sua produção agrícola, principalmente o PAPA-DF¹³ que é um programa exclusivo do DF.

¹³ O PAPA-DF é um programa do GDF que viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de pequenos produtores rurais e organizações sociais do setor agrícola.

Entretanto, é importante frisar que a agroecologia no DF não se desenvolveu e ganhou relevância apenas a partir desses programas governamentais de compras a nível nacional ou mesmo com o PAPA-DF, como já foi dito, suas origens datam dos anos 80.

Mas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Distrito Federal é um excelente canal de promoção da agroecologia e das pautas feministas, pois já conta com 549¹⁴ agricultores familiares inscritos, deste número, 154 agricultores são mulheres, representando um total de quase 30% dos inscritos no PAA do Distrito Federal, o que demonstra que o PAA é uma das políticas públicas do GDF que promove a agroecologia e também o protagonismo das mulheres no sistema agrícola de base agroecológica.

Além dos programas de compras institucionais, assim como em todo o Brasil, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é também um ponto positivo na promoção do meio rural em bases agroecológicas, como também para a comercialização dos produtos das agricultoras e agricultores familiares que já aderiram à agroecologia e vem se destacando dentro da política agrícola do Distrito Federal, com um programa que trata exclusivamente da agroecologia na região.

Contudo, na visão das agricultoras agroecológicas familiares, o cenário da agricultura industrial ainda monopoliza o espaço agrícola do Distrito Federal, vide os dados apresentados que demonstram como o DF é um dos principais polos de produção de commodities do Brasil, embora exista uma intensa atividade agroecológica incentivada por parte dos movimentos sociais e do próprio governo.

Mesmo com a crescente difusão da agroecologia no Distrito Federal, o movimento ainda é tímido. Na opinião do Coordenador da EMATER/DF:

“Não há muito limitantes para a agroecologia no DF, o problema é a falta de conhecimento das agricultoras/agricultores e técnicos sobre a agroecologia, dos programas e projetos no campo, visto que a informação ainda não chegou e também pela própria historicidade recente da agroecologia”.

E, ainda acrescenta:

“Mas, para impulsionar mais ainda essa transição para a agroecologia, faltam atitudes dos gestores públicos também. Contudo, existem grupos pontuais de agricultoras e agricultores que já conhecem a agroecologia e ajudam na

¹⁴ Informações colhidas na EMATER/DF durante a entrevista com o gestor e coordenador do Programa de Agroecologia do órgão.

construção desse novo campo de saber, portanto é um trabalho contínuo de difusão da agroecologia por todo o Distrito Federal”.

“Mas analisando, o uso de práticas agroecológicas é realmente crescente até mesmo no agronegócio, com a diminuição do uso de agrotóxicos. Contudo, o fator econômico ainda é determinante para esses produtores da agricultura convencional, visto que a agroecologia e suas práticas requerem tempo, respeito ao tempo da natureza e a sazonalidade das culturas e o retorno financeiro é em longo prazo”.

Quanto ao futuro da agroecologia, o entrevistado comentou:

“Sabemos que elas possuem um papel determinante, junto com a juventude na agroecologia, por isso na segunda versão do Programa de Agroecologia da EMATER/DF será dada maior ênfase nesses dois grupos”.

Ainda assim, o MDA e a EMATER/DF são dois órgãos que demonstram o interesse em promover e fortalecer a causa agroecológica e também na busca pelo empoderamento e autonomia das mulheres rurais. Dentre algumas dessas estratégias, a EMATER/DF planeja iniciar os trabalhos com os quintais multifuncionais¹⁵ das mulheres das áreas rurais do DF, na busca da promoção de uma alimentação saudável e adequada para as mulheres e suas famílias, o desenvolvimento de canteiros com ervas medicinais para promover a saúde coletiva, assim como a possibilidade de geração de renda para estas por meio dos produtos finais deste trabalho.

Além disso, a ATER Mulher do Governo Federal tem se mostrado inclusiva e bem-sucedida a nível nacional seguindo um de seus pilares fundamentais que é o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas, como também, segundo o relato das próprias agricultoras entrevistadas, que afirmaram a primazia do desenvolvimento e funcionamento do programa dentro do DF.

Assim, o retorno à assistência técnica e extensão rural é positivo por parte das mulheres titulares desse direito, mas que é uma política federal que também no âmbito distrital busca maior captação e disponibilidade de recursos governamentais para a continuação de suas ações e funcionalidade, com o recorte de gênero e assim dar mais visibilidade ao trabalho feminino na zona rural.

Ao reconhecimento do protagonismo feminino no desenvolvimento rural sustentável já reconhecido por várias políticas e programas, como a própria ATER, e o

¹⁵ Quintais que inclui pomares, hortas e jardins.

quanto cabe o papel das políticas públicas enquanto incentivadoras das mulheres na agroecologia do DF escutamos o seguinte depoimento:

“Hoje não se separa, dentro do Programa de Agroecologia, a mulher, mas, é sabido o seu protagonismo dentro do movimento agroecológico”.
(Coordenador do Programa de Agroecologia da EMATER/DF, entrevista concedida em 19/02/2016).

Com o objetivo de enfrentar a desigualdade de gênero e a busca pela equidade na formulação e implementação de políticas públicas, dado que as mulheres respondem a 52,49% da população do Distrito Federal (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2014), o Distrito Federal elaborou o I Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (I PDPM).

O I PDPM possuía dez princípios que envolviam políticas públicas incentivadoras da agroecologia e do protagonismo feminino, além de valorizar em suas diretrizes e objetivos a difusão dos princípios e das práticas da permacultura, da agroecologia, da economia solidária e feminista (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2014) na agenda pública e política do DF.

Desde a criação da SPM, em março de 2003, as políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade. E os PNPM's configuram-se como o resultado das lutas das mulheres (BRASIL, 2013).

As mulheres possuem representatividade dentro dos principais órgãos formuladores de políticas públicas, como por exemplo, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais dentro do MDA ou a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

3.5 “Inventando nossa história agroecológica” – Protagonismo das mulheres na agroecologia no Distrito Federal

A última linha do tempo foi produzida por meio da observação, das entrevistas e das conversas livres que realizamos durante o acompanhamento do mutirão agroecológico que as agricultoras participavam na Chácara Divina Luz.

Essa linha traz elementos que marcaram e marcam a vida e a região em que moram essas mulheres, antes e depois da introdução da agroecologia em suas vidas, seja

por meio da busca própria pela temática ou por incentivos de programas governamentais.

De forma a compreender como ocorreram essas mudanças em suas vidas, assim como no cenário socioambiental em que elas estão inseridas (Ver figura 12 a seguir).

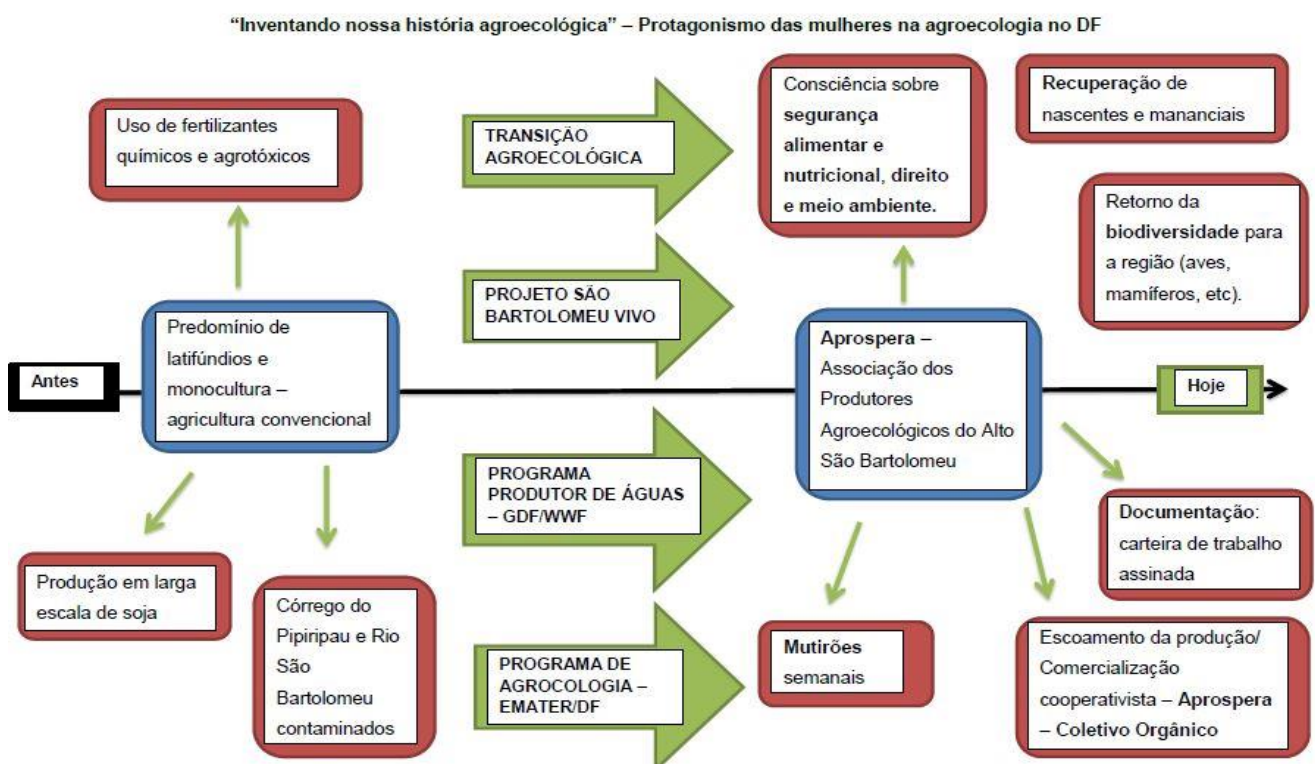


Figura 12 - Linha do Tempo: “Inventando nossa história agroecológica” – Protagonismo das mulheres na agroecologia do DF. Fonte: elaboração própria.

As mulheres resignificaram seus papéis na horta e nos quintais da casa, expandindo-os para toda a propriedade através da agroecologia. Pois viram que era necessário estabelecer novas relações com a natureza, transformando a forma de plantar e de viver, desenvolvendo uma maneira sustentável de cultivar a terra, e a agroecologia trouxe essa nova visão de mundo às mulheres:

“Eu escolhi a agroecologia por que ela despertou em mim uma consciência ambiental, espiritual e alimentar. Fez-me enxergar além dos lucros financeiros” (Agrofloresteira, entrevista concedida em 20/11/2015)

A adoção da agroecologia resultou em mudanças na forma como essas mulheres concebiam sua vida e a partir daí redefiniram sua posição e sua importância para a sociedade, com a emancipação e a visibilidade do seu trabalho:

“A agroecologia tem esse poder de dar visibilidade às mulheres. Nós estamos caminhando para isso. Dentro do nosso projeto agroecológico queremos dar conforto e visibilidade ao trabalho feminino valorizando seu papel. Aqui a mulherada pega na enxada também”. (Agrofloresteira, entrevista concedida em 20/11/2015).

As mulheres que iniciaram a transição agroecológica na região fizeram as suas práticas saírem do âmbito privado para conquistar o público, mesmo que ainda a forte divisão sexual do trabalho predomine no meio rural.

Safiotti (2004) aponta que o problema não está só no mundo das desigualdades de gênero, mas sim na existência de uma ordem patriarcal de gênero, onde os homens exercem poder sobre as mulheres. E essa relação de poder é ainda naturalizada no meio rural, pela mística da subordinação homem/cultura sobre a mulher/natureza, como já dito anteriormente.

As entrevistas foram importantes para compreender esse contexto das mulheres agroecológicas do Pipiripau visto que os homens são na maioria das vezes, seus maridos, e, portanto, participam ativamente dos mutirões e do movimento em prol da agroecologia que elas praticam. Contudo, por meio dos relatos das mulheres, o machismo ou a opressão simbólica em relação ao trabalho feminino não foi relatada, pois elas mesmas dizem que os homens quando começam a trabalhar com a agroecologia começam a desconstruir muitos de seus preconceitos e privilégios. Nesse sentido uma das entrevistadas comentou:

“Aqui não existe isso, nossos homens já entenderam que o nosso trabalho tem valor e é necessário. Dividimos todas as tarefas e as mulheres tem vez em tudo”. (Agrofloresteira, entrevista concedida em 20/11/2015).

E, outra acrescentou:

“Eu já ouvi de muitas amigas que os maridos não gostam de agroecologia, por que querem dinheiro, e fazem de tudo para tirar a agroecologia da cabeça delas. Eu ainda não vivi isso, o meu marido ama a agroecologia e me apoia”. (Produtora rural, entrevista concedida em 20/11/2015).

Sobre o mesmo assunto, outra produtora explica:

“Nossa! Acontece demais, não aqui conosco do mutirão. Mas o homem é cabeça dura às vezes, não enxerga que agroecologia é vida”. (Produtora rural e assentada do MST, entrevista concedida em 20/11/2015).

Vale ressaltar que através das falas das entrevistadas não parece existir machismo ou ações preconceituosas e sexistas por parte dos homens que fazem parte do grupo, sobretudo pela expressividade, convicção e comunicação das mulheres envolvidas nesta pesquisa. Porém, não é possível afirmar que tais práticas não existam, pois, o machismo é muitas vezes naturalizado e não perceptível a essas mulheres.

Essas agricultoras afirmam o seu protagonismo no movimento agroecológico, seja por meio da participação nos mutirões de manejo ou nos movimentos cooperativistas como a Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu – APROSPERA, da qual todas as agricultoras entrevistadas fazem parte.

Isso é demonstrado na fala de uma delas, pois para essas agricultoras a agroecologia mostrou-se como uma alternativa viável e promissora dentro de um novo modelo de agricultura:

“A agroecologia é um caminho sem volta e inevitável pelo que está acontecendo no planeta, avançar sem o caminho agroecológico não existe”.
(Agrofloresteira, entrevista concedida em 20/11/2015).

Além das mobilizações que as mulheres agricultoras realizam dentro das organizações sociais que estão inseridas a pressionar os governos pela adequação de políticas públicas às suas propostas e demandas, o movimento agroecológico da região também é o reflexo de algumas das ações já realizadas pelo governo ou outras instituições, portanto a própria existência das associações sociais, já é um passo dado em direção à agroecologia com o incentivo governamental, visto que muitas destas trabalhadoras eram praticantes da agricultura convencional em suas propriedades:

“Sempre fui moradora do campo, mas não sentia vontade em usar o plantio convencional e veneno, mesmo o meu marido tendo implantando em nossa propriedade. Daí meus filhos iniciaram a agroecologia aqui e me despertou o interesse nela. Além também da minha participação no Programa Produtor de Águas do GDF e do Projeto São Bartolomeu Vivo, que é essencialmente com a agroecologia” (Agrofloresteira, entrevista concedida em 20/11/2015).

Muitas dessas mulheres, praticantes da agroecologia, tiveram seu primeiro contato com a ciência a partir de ações e programas governamentais. Como por exemplo, o Programa Água Brasil, uma parceria entre o Banco do Brasil, a WWF Brasil, a Fundação Banco do Brasil e a Agência Nacional de Águas com o Programa Produtor de Águas da ANA/ADASA, as agricultoras tomaram conhecimento da agroecologia e foram titulares do projeto, com o objetivo de plantar mudas nativas do bioma cerrado e preservar a nascente do Ribeirão do Pipiripau, a fim de evitar o

assoreamento de terra nos cursos d'água da região, entre outros problemas de degradação ambiental.

Entretanto, é importante ressaltar que a agroecologia surgiu na região bem antes da implantação do Programa Produtor de Águas ou do Programa Água Brasil:

“Eu já conhecia a agroecologia antes da WWF. A EMATER/DF já fazia pequenos intercâmbios com a gente em outras chácaras antigas que eram pioneiras na agroecologia e na produção de orgânicos”. (Produtora rural e assentada do MST, entrevista concedida em 20/11/2015).

Nota-se que o incentivo governamental teve papel preponderante na transição agroecológica da região e na vida das agricultoras, pois foi através das ações da EMATER/DF que foi dado o passo inicial a construção de um novo modelo de agricultura na região. Dessa forma, podemos afirmar que a política agrícola do Distrito Federal, mesmo que em pequena escala, já forneceu e ainda fornece subsídios para a continuidade e consolidação da agroecologia na região. Mesmo a EMATER/DF não tendo foco prioritário na agroecologia, o seu programa de ATER tem demonstrado ser fundamental para a consolidação e desenvolvimento da agroecologia, como também para o fortalecimento e incentivo ao protagonismo da mulher rural junto à transição agroecológica no Distrito Federal.

Contudo, são visíveis as limitações para uma real transição agroecológica nas propriedades da região. As agricultoras questionaram bastante a falta de informações sobre os programas nacionais e até mesmo do GDF, mas reconheceram que a EMATER/DF tem prestado e cumprido o seu papel de fornecer assistência técnica e de extensão rural, que em muitos casos foi determinante para o sucesso da transição agroecológica de algumas propriedades.

Quando questionadas sobre as políticas que atendem as demandas das mulheres no campo, escutamos:

“Ainda não. Estou tentando aderir a alguns programas. Mas é muito enrolado. Mas pretendo receber o Fomento Mulher, o Pronaf Mulher ou até mesmo o Pronaf Agroecologia. Recebi o Fomento Mulher e foi muito bom, ajudou bastante no desenvolvimento da minha chácara e agora vou tentar outros programas para mulher e agroecologia, que fiquei sabendo pelos extensionistas da EMATER. Eles sempre me deram apoio de ATER para realizar a transição agroecológica em minha propriedade”. (Produtora rural entrevista concedida em 20/11/2015).

E de outra:

“E já fiz o pedido para outras políticas, mas é muito difícil. A EMATER não informa de todas elas, mas é muito enrolado, principalmente o Pronaf Mulher, que eu queria. Quando a APROSPERA for formalizada e nossa produção de alimentos crescer quero aderir ao PAPA-DF, mas sei que é muita burocracia, mas vou tentar”. (Produtora rural e assentada do MST, entrevista concedida em 20/11/2015).

Além do sucesso da ATER, muitas das agricultoras falaram do reconhecimento que seu trabalho recebe hoje. Antigamente o trabalho feminino rural era visto apenas como uma ajuda ao marido e na renda familiar. Mas com as políticas do MDA, as agricultoras, hoje são reconhecidas como trabalhadoras rurais e possuem carteira de trabalho assinada e conseqüentemente o direito a todos os direitos trabalhistas e de aposentadoria, além de romper com os preconceitos e estigmas que elas mesmas se impõem por serem agricultoras, e com a agroecologia em conjunto com os direitos trouxeram autoestima e autonomia para essas mulheres:

“Desde que comecei a mexer com a agroecologia, consegui registro de trabalho, por meio do PNDTR” (Produtora rural, entrevista concedida em 20/11/2015).

Assim relata também outra produtora:

“Com o trabalho agroecológico consegui minha carteira de trabalho e gosto de dizer, com orgulho, que sou trabalhadora rural” (Produtora rural e assentada do MST, entrevista concedida em 20/11/2015).

Foram inúmeras as mudanças que aconteceram as estas mulheres desde a chegada da agroecologia em suas vidas, seja em questões sociais ou até mesmo no meio ambiente que as circundam. A agroecologia é mais que um novo campo científico ou de produção do saber, ela é um novo modo de viver.

Na busca de respostas a umas das perguntas norteadoras do trabalho, perguntamos: Que mudanças a agroecologia gerou em sua vida? Obtivemos os seguintes relatos, vejamos:

“Ela mudou o meu pensar, a saúde da minha família e a minha também, até a maneira de comer e de me alimentar. Hoje se eu vejo um pé de planta sendo cortado, eu sinto a dor junta”. (Produtora rural, entrevista concedida em 20/11/2015).

“Um retorno financeiro ainda não tive, mas é o de menos com tudo com o que eu já tive de mudanças na minha vida. Mudou meu modo de pensar a vida, a maneira de plantar e de me relacionar com o ser humano e também com a natureza, eu respeito o tempo das plantas e hoje tenho alimentos mais saudáveis” (Produtora rural e assentada do MST, entrevista concedida em 20/11/2015).

“Uma mudança econômica ainda não tivemos, por que eu sei que isso é em longo prazo, respeitando o ciclo da natureza. Mas ela fortaleceu minhas

relações com o outro e comigo mesma, além da relação com a natureza. E também acho que a agroecologia tem potencial de fortalecer as mulheres, pois desperta outro olhar para a sua condição e relações sociais” (Produtora rural e artesã, entrevista concedida em 20/11/2015).

Considerando esses relatos, podemos inferir que a agroecologia foi capaz de gerar consciência sobre a preservação ambiental, a segurança alimentar e nutricional, os direitos sociais e fundamentais que estas mulheres muitas vezes nem sequer sabem que possuem.

E as mudanças extrapolam as questões sociais e rumam até o campo ambiental. Em suas falas as mulheres relatam que hoje já é possível ver a diferença no volume de água que corre no rio Pipiripau, o retorno da fauna que habitava a região antes do início do uso de agrotóxicos, agora é possível notar a volta da presença de pequenos mamíferos e aves por todos os lados das propriedades.

Por fim, a partir das duas visões de mundo, gestor e agricultora entrevistada, é possível contextualizar que os avanços que conferem maior protagonismo das mulheres rurais na agroecologia e na agricultura familiar no Brasil e no Distrito Federal inclui antes de tudo a aquisição de direitos sociais básicos ao longo dos anos, para que assim estas possam exercer sua cidadania por completo, como titulares de direitos.

Mas, também é importante respaldar o quanto as ações governamentais não dialogam com as mulheres titulares das políticas e programas. Como foi relatada pelas próprias agricultoras, a política existe na esfera governamental, mas essa ainda não chega até aos seus objetivos e sujeitos titulares da zona rural, o eco da informação é um grande desafio para a gestão pública, assim como fortalecer a agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, para além da formulação de suas demandas (BUTTO, 2011).

As políticas públicas de agroecologia e de incentivo à agricultura familiar ampliam o leque de projetos voltados para o atendimento das mulheres no novo desenvolvimento rural, entretanto é mais que necessário o papel ativo dessas mulheres como sujeitas no desenho dessas políticas públicas, que façam parte de todo o projeto político dessas políticas para superar os limites que são enfrentados entre a ponta governamental e a titular desse direito para impulsionar a conquista efetiva equidade das mulheres (WEITZMAN, 2011).

A agroecologia harmoniza as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, produzindo e reproduzindo a vida, preservando e multiplicando a riqueza da biodiversidade. Um projeto de agricultura agroecológica significa incorporar um novo modo de vida, ou seja, significa a decisão pela multiplicação e continuidade da vida (MMC BRASIL, 2004).

A agroecologia não se resume simplesmente como "alternativa ou tradicional", como forma diferente de obter lucro ou ganhar dinheiro, pois isso, no campo, continuaria alimentando o sistema capitalista. A agroecologia se constitui em uma ferramenta estratégica de resistência (MMC BRASIL, 2004).

Considerações Finais

Cercada por latifúndios, agrotóxicos e ganhando a vida sobre uma pequena propriedade, é o cenário das agricultoras familiares do Núcleo Rural do Pípiripau. Um conjunto de mulheres que hoje, são mais do que donas de casa, elas exercem um papel fundamental no desenvolvimento na agricultura da região.

Estas são precursoras na introdução de um novo paradigma de produção agrícola. Com a ajuda das políticas da EMATER/DF e do Projeto Produtor de Águas da ADASA/ANA elas ganharam destaque e protagonismo na manutenção desse novo sistema.

Como relatada dantes, todas as atividades da lavoura são divididas igualmente entre os membros da associação, lá as mulheres também pegam na enxada. A divisão sexual do trabalho que invisibilizou a mão de obra feminina, assim como todo o seu trabalho no campo não existe entre homens e mulheres da APROSPERA.

Os relatos coletados durante as entrevistas corroboram esse cenário. Mostraram-nos que todas são mulheres bem comunicativas e informadas das atividades e do meio em que vivem e que através da agroecologia se sentem livres e com autoestima em virtude do seu protagonismo produtivo e da sua intensa participação na gestão das propriedades e da associação. A participação na agroecologia proporcionou às agricultoras do Pípiripau um espaço para mostrar o potencial do trabalho feminino à toda a sociedade.

Utilizando o ecofeminismo ilustrado de Alicia Puleo (2009), podemos afirmar que a agroecologia é o ponto de encontro para o caminho da nova forma das mulheres empoderar-se dentro de suas famílias, comunidades e na sociedade como um todo, saindo do âmbito privado/doméstico para obter autonomia e reconhecimento e denunciar a violência de gênero em todas suas manifestações e outras opressões do patriarcado. Na busca de uma saúde planetária e humana, em tempo de preservar a natureza e suas próprias vidas (PULEO, 2009).

A agroecologia é uma alternativa de continuidade da vida e uma ferramenta estratégica de resistência das camponesas e camponeses e de proposição à construção de um novo paradigma que pensa a vida de forma integral e integrante da natureza.

Como dito no primeiro capítulo o movimento de mulheres, principalmente, o MMC, incorporou as questões ambientais em suas pautas, principalmente na luta por visibilidade e políticas públicas para as mulheres, assim como também foi o movimento pioneiro na luta de enfrentamento do modelo agrícola imposto pela matriz produtiva mundial que impunha a monocultura, o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas que destroem a biodiversidade. Por isso, o protagonismo das mulheres na agroecologia existe e aos poucos é reconhecido pelos entes governamentais, pelas políticas públicas e por toda a sociedade.

Por meio das entrevistas do último capítulo desse trabalho, foi demonstrado que movimento agroecológico com protagonismo das mulheres no Distrito Federal é crescente, mesmo que o apoio governamental seja limitado.

Inicialmente propomo-nos a responder essas duas perguntas com esse trabalho: a) as políticas públicas existentes são capazes de incentivar o protagonismo das mulheres na agroecologia no Distrito Federal? E, b) tanto as políticas públicas como a agroecologia geram ou geraram mudanças nas condições de vida dessas mulheres?

Trabalhamos com a perspectiva de que a agroecologia é um campo científico ainda em construção e, por isso as políticas públicas de incentivo a ela são limitadas, mas, sobretudo em crescente desenvolvimento. Hoje, existem órgãos federais, como MDA que são impulsores da temática agroecológica em políticas públicas agrárias. E não diferente é o DF, com órgãos como a EMATER/DF que conta com um programa institucional de agroecologia.

Com o estudo pôde-se analisar a posição que a mulher vem tendo diante do processo da agricultura familiar com bases agroecológicas e as mudanças que estas geraram em suas vidas, com o apoio e incentivo de políticas governamentais e da própria agroecologia. Todas as conquistas destas mulheres proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas.

No Brasil, a agroecologia firmou-se como uma referência conceitual e metodológica, sobretudo a partir do início da década de 90 (SCHMITT, 2013). As agricultoras e agricultores são vistos como as principais agentes da transição para a agroecologia em um novo momento da política de desenvolvimento. O conhecimento agroecológico das agricultoras e agricultores familiares tem ganhando relevância no cenário político em conjunto com as políticas que visam promover a agroecologia, a igualdade de gênero no meio rural, a inclusão social, a segurança alimentar e nutricional e o protagonismo feminino.

Mesmo que o protagonismo feminino seja por vezes, autônomo e de iniciativa própria das mulheres pelo desejo de mudanças na vida as políticas públicas em conjunto com a agroecologia caminha para fornecer um aparato e gerar autonomia na vida destas mulheres, seja pelos benefícios de programas de crédito, pela participação nos programas de compras governamentais ou até mesmo em ações pontuais ligadas à proteção ambiental.

Consideramos assim que as políticas públicas voltadas para a difusão e incentivo aos modelos de produção com base na agroecologia, mesmo que pontuais, são sim capazes de gerar o protagonismo das mulheres e de suma importância para o fortalecimento da agroecologia. Entretanto, frisa-se a necessidade que as políticas devem ser construídas a partir da articulação das decisões locais e demandas sociais de cada região, pois os sistemas agroecológicos de produção precisam influir no comportamento social, econômico e político da sociedade (ASSIS, 2005), mas principalmente na esfera local.

Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento rural sustentável dever ser implementado em base local, com políticas locais efetivas, visto a potencialidade que as ações locais possuem e podem reverberar na agroecologia e na agricultura familiar.

Para a transformação dos espaços cristalizados de opressão e invisibilidade das mulheres dentro do aparato estatal, faz-se necessário um novo jeito de fazer política pública: com a transversalidade (BRASIL, 2013) e reafirmar a importância da participação da mulher, mas entendendo que esta funciona como uma estratégia de promoção da cidadania e de conquistas, e não soluciona os problemas.

Portanto, a transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais, que segundo Bandeira (2005) é capaz de:

“Elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres” (Bandeira, 2005).

Fundamentalmente, o apoio governamental para implementar a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável é necessário e como foi visto é extremamente positivo. Portanto, as políticas públicas transversais de incentivo à agroecologia, não só são incentivadoras do protagonismo das mulheres rurais na agroecologia, como também ferramenta útil para a difusão da própria agroecologia em todo o país.

Os desafios que serão enfrentados por essas mulheres ainda são muitos, seja o machismo naturalizado nas relações entre homens e mulheres ou pela limitação de políticas públicas. Mas é inegável o seu papel de protagonista de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar e a própria vida no campo, promovendo autonomia econômica, social e cultural para todas as mulheres.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Revista NERA, São Paulo, n. 16, p. 22-32, jan/jun. 2010.

AMAZONAS, M. Economia verde e Rio +20: Recortando o desenvolvimento sustentável. Revista NECAT – Ano 1, nº 2, Jul-Dez de 2012.

ASSIS, Renato Linhares de. "**Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil.**" AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica (2005): 173-184.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R. **Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública.** In: V Simpósio Latino-Americano Sobre Investigação e Extensão Em Pesquisa Agropecuária – IESA. V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP. Anais. 2002. 20 p.

BANDEIRA, L. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** CEPAL. SPM. Brasília, janeiro, 2005.

BANDEIRA, L. M; ALMEIDA, T. M. C de. **A transversalidade de gênero nas políticas públicas.** Revista do Ceam, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Universidade de Brasília, 2013.

BARSTED, Leila de A. Linhares. "**Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está nossa cidadania?**" In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim.* Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994. p. 231-270.

BIASE, L. DI **Feminino+masculino e agroecologia na construção da sustentabilidade.** Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura "Luz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, São Paulo.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol 2 Nº 1 (3), janeiro-juho, 2005, pg. 68-80.

BORSATTO, R. S.; DO CARMO, M. S. **Agroecologia e sua epistemologia.** Interciência, vol. 37, n. 9, p.711-716, 2012.

BRASIL, **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL AGROECOLÓGICO – **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em 10/10/2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico.** Valter Bianchini; Jean Pierre Passos Medaets.

BRASIL. **Políticas públicas para as mulheres.** Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. **Políticas para a agricultura familiar.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, outubro, 2013.

BRASIL. **Políticas públicas para as Mulheres Rurais.** MDA – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, 2014.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero.** Revista Brasileira de Agroecologia. v. 2, n.1, 2007.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania.** In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Org: Andrea Butto e Isolda Dantas. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1ª Ed, Brasília, 2011.

CAPORAL, F. R.(org); PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, 2009.

CAPORAL, F. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** In: Savanas: Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. P. 895-929.

CIOMMO, R. C. DI. **Ecofeminismo e educação ambiental.** Uberaba: Editora da Universidade de Uberaba; São Paulo: Conesul, 19me99.

COSTA, A. A. A. **“O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política”.** In: Labrys Estudos Feministas, jan/jul, 2004.

COSTA, M. M. M DA; NUNES, J. B. A. **Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania.** XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, 2014.

COSTA, C DE L.; ÁVILA, E. **Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro, 2005.

CRUZ, T. A. **A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

Cultural, **Grande Enciclopédia Larousse.** "São Paulo: Nova Cultural." *Plural Editora e Gráfica* (1998).

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 34.922, de 04 de dezembro de 2013.** Institui o Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, e dá outras providências.

DRUMONT, M. P. **Elementos para uma análise do machismo.** Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan/abr, 2004.

FERNANDES, S. DE L. R; SANTOS, M. N dos; NASCIMENTO, F. C. A **mulher rural e a produção agroecológica: uma experiência de ATER no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiáçu – CE**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2003.

FERREIRA, A. P. L. **A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso**. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Curitiba: ABA, Socla, Governo do Paraná, 2009.

GARCIA, S. M. **Desfazendo os Vínculos Naturais entre Gênero e Meio Ambiente**. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, pp. 163-167, 2^o sem. 1992.

GDF, Governo do Distrito Federal. **I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2014-2015.

GOOGLE MAPS. [Núcleo Rural do Pípiripau - DF]. [2016]. Disponível em: < <https://goo.gl/1b7Qvr>>. Acesso em: 13/03/2016

GONZALEZ, D. DE F. **Entre o público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 44, n. 151, pg. 239-243, 2014.

GUZMÁN, E S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.1, p; 35-45, jan./mar. 2001.

HEREDIA, B. M. A DE; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, ano 9, n. 8. p. 1-28. Janeiro/Junho, 2006.

HOOKS, B. **Políticas feministas: de onde partimos**. Tradução livre de Feminist Politics – where we stand, primeiro capítulo de Feminism is for everybody, Bell Hooks, 2000.

JESUS, J. G de. **Orientações sobre identidades de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2^a Ed. Brasília, 2012.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. BOEIRA, B. V.; BOEIRA, N. 9 ed. São Paulo: Perspectivas, 2007.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LISBOA, T; LUSA, M. G. **“Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural”**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 871-887, set./dez. 2010.

LOPES, L. A. **A mulher e a construção da cidadania na perspectiva dos direitos humanos.** Revista Argumenta – UENP, Jacarezinho/RS. Nº 15. P.223-237, 2011.

LUZ, S. C. C DA; **A participação das mulheres nos movimentos agroecológicos e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2014.

MARONHAS, M; SCHOTTZ, V; CARDOSO, E. **Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da economia feminista.** Universidade Federal de Pernambuco, 18º REDOR, 2014.

MARTÍNEZ ALIER, J. **El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración.** Barcelona: Icaria/Antrazyt/FLACSO, 2004.

MAX-NEEF, Manfred. **“Empoderamento’ de comunidade e desenvolvimento alternativo”.** *Pedagogia Social Artigos.* Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica do Brasil, Boletim n. 17, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.pedagogiasocial.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2015.

MENEZES, E. F; GAMA, A.N. **A busca pela visibilidade: a Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais.** Anais do V NEER – As Representações Culturais no Espaço: Perspectivas Contemporâneas em Geografia. UFMT, (s/d).

MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.** NIEM/UFRGS, 2009.

MMC. **Cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas.** Brasília, 5 a 8 de março de 2004.

MOMO, D. C; PAIVA, J. A.; RIBEIRO, A. S. C.; CARDOSO, B. L. D; SOUZA, W.J. **Institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero: sistematizando trajetórias de iniciativas nacionais e internacionais.** Revista Holos, Ano 29, v 1, 2013.

NOBRE, M. **Introdução à economia feminista.** In: FARIA, N; NOBRE, (Orgs.). *Economia Feminista* - São Paulo: SOF, 2002.

ORTNER, S. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coords). *A mulher, a cultura e a sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P. 95-120.

PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero.** In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs.* Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PETERSEN P.F., WEID, J.M., FERNANDES, G.B. **Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza.** Informe Agropecuário. 2009; 20(252):1-12.

PINHO, R. Z DE; ESPINDOLA, C. R; CARMO, M. S do. **Movimento mutirão agroflorestal: o processo de formação em agroflorestal sucessional**. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, junho, 2008.

PINTO, G. **Mulheres no Brasil: espaço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG, de 18-22 de setembro de 2006.

PNPM. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Relatório de Implementação 2005: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2006.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: 2009.

_____. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: 2013.

PULEO, A. “Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista”, en VV.AA.: op. cit. en n. 1, 2009.

RAGO, M. **Feminizar é preciso: por uma cultura filógena**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, H. **Gênero e patriarcado**. IN: GEORGIN, J. WIZNIEWSKY, J. G; OLIVEIRA, G.A; ROSA, A. L.D da. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul . Revista Monografias Ambientais/Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFMS, Santa Maria, v. 14, n 3, set-dez, 2015, p. 01-09.

SARDO, P. M. L; FIGUEIREDO, R. A.; **A construção do campo da agroecologia e sua relação com o desenvolvimento rural**. Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis, vol. 12, n.1, jan/jul, 2015, Florianópolis.

SCHMITT, E. J. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. Artigo a ser publicado no livro: BALESTRO, M. E; SAUER, S. (Orgs). Agroecologia e os desafios da transição ecológica. Editora Expressão Popular, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999-2010.

SEPM. **Secretaria Especial de Política para Mulheres**. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/>. Acesso em 02/09/2015.

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, p. 61-71, jan/mar. 2000^a.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SHIVA, V. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivência**. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. IN: BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Org: Andrea Butto e Isolda Dantas. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1ª Ed, Brasília, 2011.